Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2020 Nº 24.644 Preço banca: R$ 3,50

Governo propõe ajuda de R$ 77,4 bi a estados e municípios

A equipe econômica do governo federal propôs na terça-feira (14) novas medidas de ajuda aos estados e municípios, de R$ 77,4 bilhões, em substituição ao Projeto de Lei Complementar 149/19 (Plano Mansueto), aprovado na segunda-feira (13) na Câmara dos Deputados. O texto substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao Plano Mansueto, que prevê ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento à pandemia de covid-19, seguiu para tramitação no Senado.

A proposta da equipe econômica, apresentada no início desta tarde, prevê a transferência direta de R$ 40 bilhões para estados e municípios, sendo que 80% desse valor pelo critério per capita. Serão R$ 21 bilhões para os municípios e R$ 19 bilhões para os estados. "Desses 40 bilhões [de reais], mais de 80% desenharemos para que seja pelo critério per capita e não traga distorções de concentração [de transferência de recursos] em alguns estados ou municípios", explicou o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Página 3

Crise do coronavírus já custa R$ 3,9 bi a operadoras de turismo

Página 8

FMI prevê queda de 5,3% da economia brasileira este ano

Página 6

Economia da França vai recuar 8% este ano, diz ministro

O governo francês descartou na terça-feira (14) suas perspectivas econômicas de dias atrás depois que o presidente Emmanuel Macron prorrogou um bloqueio nacional, fechando parte da segunda maior economia da zona do euro.

Depois que Macron prorrogou o bloqueio até pelo menos 11 de maio, o ministro das Finanças do país, Bruno Le Maire, disse que agora a economia deverá recuar 8% este ano, em vez dos 6% projetados na quinta-feira (2).

Desde 17 de março, por força do coronavírus, 67 milhões de pessoas da França receberam ordens de ficar em casa, exceto para comprar comida, ir ao trabalho, procurar atendimento médico ou fazer exercícios individuais. O isolamento estava originalmente programado para terminar na terça-feira. Página 3

China aprova início de testes de vacinas experimentais contra covid-19

A China aprovou testes humanos em estágio inicial para duas vacinas experimentais que podem combater o novo coronavírus que já matou mais de 100 mil pessoas em todo o mundo, informou a agência estatal Xinhua na terça-feira (14). As vacinas estão sendo desenvolvidas pela Sinovac Biotech, listada na Nasdaq e sediada em Pequim, e pelo Instituto de Produtos Biológicos de Wuhan, uma afiliada do estatal Grupo Farmacêutico Nacional da China. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens e chuva passageira durante o dia. À noite o tempo fica firme.

26° C
18° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,18
Venda: 5,19

Turismo
Compra: 4,98
Venda: 5,40

EURO
Compra: 5,67
Venda: 5,68

Taxa de isolamento social volta a cair em São Paulo

Foto: Divulgação/Prefeitura SBC

A taxa de isolamento social voltou a cair no estado de São Paulo. Após o governador de São Paulo, João Doria, ter comemorado na segunda-feira (13) que o isolamento no estado havia voltado a crescer no feriado de Páscoa, alcançando 59% no domingo (12), segunda-feira (13) ele caiu novamente, somando apenas 50%. A taxa considerada ideal de isolamento para diminuir a propagação do vírus e evitar um colapso no sistema de saúde é acima de 70%.

Na capital, o isolamento atingiu 50% das pessoas. Mas houve cidades do estado onde a taxa foi maior, somando 58% de adesão ao isolamento, tais como Cajamar, Cosmópolis e São Vicente. Já a que apresentou a menor adesão foi Limeira, com apenas 42% de sua população obedecendo à quarentena; seguida por São José do Rio Preto e Presidente Prudente, com 43%, bem abaixo do valor considerado ideal.

A taxa de isolamento é verificada por meio de um sistema de monitoramento inteligente chamado SIMI-SP. Nesse sistema, as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM analisam os dados de telefonia móvel para indicar as tendências de deslocamento. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras. O sistema está monitorando 47 cidades do estado para verificar a adesão à quarentena.

Segundo o governo paulista, se a taxa continuar baixa, o número de leitos disponíveis no sistema de saúde não será suficiente para atender a população, principalmente com a alta demanda provocada pelo coronavírus. (Agencia Brasil)

Balança comercial teve saldo positivo de US$ 4,7 bilhões em março

Página 3

Brasil tem 1,5 mortes e 25,2 mil casos confirmados de Covid-19

O número de mortes decorrentes do novo coronavírus (covid-19) subiu para 1.532 no país. A nova totalização foi divulgada pelo Ministério da Saúde. O resultado marca um aumento de 15% em relação a segunda-feira (13), quando foram registrados 1.328 óbitos. São Paulo concentra o maior número de mortes (695), com mais da metade do total contabilizado na atualização. O estado é seguido por Rio de Janeiro (224), Pernambuco (115), Ceará (107) e Amazonas (90). Página 8

Técnicos do Cravi fazem acompanhamento online de vítimas de violência no Estado

Durante o período de quarentena para combater o avanço do novo coronavírus em São Paulo, os técnicos do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, desempenham as atividades com um plano diferenciado de atendimento.

Por meio do teletrabalho, os psicólogos e assistentes sociais atendem as vítimas. Página 2

Esporte

Estrelas do automobilismo brasileiro lançam campeonato virtual beneficente

Sem poder competir nas pistas reais por conta da pandemia do novo coronavírus, estrelas do automobilismo brasileiro se reuniram para criar um campeonato virtual reunindo pilotos de diversas categorias, como F1, F2, F3, F4, Stock Car, Truck, Indy, WEC e kart. Organizado por Dudu Barrichello e Enzo Fittipaldi, o "Desafio Virtual das Estrelas" terá cinco etapas e utilizará a plataforma "iRacing" com os carros de F3 com set up fixo.

Ao todo, serão 30 pilotos, incluindo estrelas da F1 que já foram convidadas e devem fazer aparições em alguma etapa, como Rubens Barrichello, Felipe Massa e Nelsinho Piquet – que fará o campeonato completo. Também serão convidados pilotos de destaques do e-sports. A primeira etapa nesta quarta-feira, 20h, com transmissão ao vivo no Youtube (Bandsports). As outras provas serão em 22/4, 29/4, 6/5 e a grande final em 13 de maio.

"A decisão do campeonato será em Interlagos, celebrando o grande palco do automobilismo brasileiro. Mas, nas outras quatro etapas, é o público que irá escolher a nossa pista em uma votação pelas redes sociais, mostrando que nosso campeonato quer o máximo de interação com os fãs", diz Dudu Barrichello, lembrando que nessa primeira etapa, a escolha será entre duas pistas nos Estados Unidos: Laguna Seca X Circuito das América (COTA).

"Optamos pelo set up fixo da F3 por ser uma maneira de dar chance a todos os que estão jogando. Será um grande entretenimento toda noite de quarta-feira e também esperamos ajudar a arrecadar fundos para o combate à Covid-19, assim como tem sido feito no Race for the World", diz Enzo Fittipaldi, que disputa o campeonato virtual reunindo pilotos da F1 - seu irmão Pietro correu no sábado na abertura do Race for the World.

Assim como no torneio dos pilotos da F1, ao longo do Desafio Virtual das Estrelas, os fãs serão encorajados a fazer doações a campanhas como a "USP Vida" (programa da Universidade de São Paulo para fomentar atividades de combate ao Covid-19) e a "Unidos contra Covid-19", promovida pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), dando o caráter beneficente do evento. Todos os pilotos e organizadores estão promovendo o evento de forma gratuita e trabalhando para arrecadar doações – os links são https://fiocruz.colabore.org/combateacovid19/single_step e https://www.fusp.org.br/usp-vida

"Nós da Virtual Challenge eSports sempre pensamos em fazer um evento desta forma. Agora, com o mundo das corridas reais parado, foi muito interessante esse encontro de ideias, junto com os pilotos Enzo Fittipaldi e Dudu Barrichello e o jornalista Rodrigo França. É uma oportunidade única para o mundo dos e-sports e também fazer uma campanha beneficente junto", diz Rodrigo Munhoz, sócio-fundador da Virtual Challenge eSports, que, junto com a agência RF1, promove e divulga o evento.

Foto: Carsten Horst

Rubens *e Dudu Barrichello nas 500 Milhas de Kart 2019*

O formato de cada um dos cinco eventos será: 1h30 de treino livre, 10 minutos de classificação e rodada dupla de 30 minutos em cada prova, tendo a inversão do grid para a segunda etapa. A transmissão ao vivo inicia 20h com o qualy e termina no final da segunda prova, com entrevista com os vencedores, por volta das 21h30.

World Athletics anuncia janela para Campeonatos Nacionais de 2020

A World Athletics (ex-IAAF) reservou o fim de semana de 8 e 9 de agosto deste ano como janela para a realização dos Campeonatos Nacionais de Atletismo, após a interrupção dos calendários nacionais e internacional de competições pela pandemia da COVID-19.

A recém-criada Unidade de Calendário Global discutiu com Federações-Membros, Associações de Área, diretores de meetings e a Comissão Mundial de Atletas, a fim de identificar esta janela, um fim de semana em que não estão agendados torneios da Liga Diamante ou Continental Tour.

O objetivo de criar uma janela é permitir que os atletas possam competir em seus campeonatos nacionais e as Federações-Membros são incentivadas a aproveitar essa oportunidade, se for seguro para os atletas, competirem em agosto.

A Comissão de Atletas aconselhou que os representantes da elite, que tenham desejo de competir ainda este ano, se possível, se preparem. A World Athletics, segundo a nota publicada em seu site, fará todo o possível para conduzir uma temporada de eventos internacionais ainda este ano para ajudar os atletas que visam os Jogos Olímpicos de Tóquio, no próximo ano.

A Unidade de Calendário Global continua a trabalhar com a Liga Diamante e a Continental Tour para reagendar o restante da temporada 2020 e um anúncio é esperado para o final de abril.

No próximo ano, a Unidade Global de Calendário concordou que as janelas protegidas dos campeonatos nacionais de 2021 serão os dias 5 e 6 de junho e 26 e 27 de junho de 2021, pouco antes do final do período de qualificação para os Jogos Olímpicos de Tóquio.

A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Governo de SP reforça austeridade econômica e suspende despesas

O Governador João Doria anunciou na terça-feira (14) uma série de medidas de austeridade econômica e corte de despesas públicas no Estado. O objetivo é garantir o cumprimento de compromissos financeiros ao longo dos próximos três meses e assegurar recursos e investimentos nas áreas de Saúde e Segurança Pública durante a pandemia da COVID-19.

"Estamos cortando custos no Governo para preservar salários e empregos", afirmou o Doria. "Precisamos guardar e separar recursos para atender a Saúde e a Segurança Pública. A prioridade também é a proteção social para atender os desvalidos, os desempregados e os que estão na extrema miséria", acrescentou Governador.

A previsão é que o Estado deixe de arrecadar R$ 10 bilhões entre abril e junho, período que deverá abranger o pico da pandemia em São Paulo. O pacote de corte de custos não prevê redução de salários ou de jornadas de trabalho do funcionalismo paulista, mas prorroga despesas e suspende serviços considerados não essenciais enquanto durar o enfrentamento ao coronavírus.

"Dada a realidade encontrada, as decisões tomadas de austeridade fiscal de maneira qualitativa acabam preservando o funcionamento do Estado nas áreas essenciais neste momento de guerra contra o vírus", declarou o Vice-Governador Rodrigo Garcia, que também é Secretário de Governo.

As medidas foram definidas por decretos publicados no Diário Oficial do Estado desta terça. A redução média de custeio é prevista em 20%, exceto para as áreas essenciais. Haverá redução orçamentária destinada a museus, atendimento ao público, despesas com água, luz e outros contratos como limpeza, manutenção predial e transporte escolar.

À exceção dos servidores da Saúde, o Governo de São Paulo determinou também a suspensão de auxílio alimentação e transportes aos funcionários públicos em teletrabalho; pagamento de diárias e passagens aéreas e terrestres; compra de carros, equipamentos, computadores e novas locações de imóveis e veículos.

O Estado também suspendeu a antecipação de pagamento do décimo-terceiro salário e um terço de férias remuneradas, que só serão quitados em dezembro. Com exceção das áreas de Saúde e Segurança Pública, os concursos em andamento e novos processos seletivos estão paralisados, assim como novas nomeações, contratos de obras e publicidade que não esteja relacionado a ações de enfrentamento e prevenção ao coronavírus. O pagamento de bônus por resultados ficará restrito aos profissionais de saúde e integrantes das forças de segurança.

O impacto econômico das medidas prevê que a reserva emergencial de caixa alcance R$ 2,3 bilhões nos próximos três meses. A suspensão de serviços da dívida com a União foi ratificada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e já permite economia de R$ 1,2 bilhão por mês entre março e agosto. O Estado também faz negociações para interromper o pagamento de dívidas bancárias e de precatórios durante a crise.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Tornou-se referência também na INTERNET, pelo site www.cesarneto.com e no TWITTER, pela conta @CesarNetoReal ... EMAIL cesar@cesarneto.com

.

CÂMARA (SP)

O maior Parlamento municipal do Brasil tá fazendo sua parte no combate à pandemia do Covid-19. A rede Câmara São Paulo, com tv Câmara, rádio WEB, revista Apartes e Multimídias estão à disposição. Acesse saopaulo.sp.leg.br

.

PREFEITURA (SP)

Além do Secretário Edson Aparecido (Saúde), a querida amiga e jornalista Claudia Carletto tá realizando um trabalho enorme à frente da Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania. Em tempos de Covid-19, ela mostra o quanto é gente

.

ASSEMBLEIA (SP)

Um dos deputados que podia e devia ter participação ativa em um dos comitês de crise do Covid-19 no Estado de São Paulo é Márcio da Farmácia (PODEMOS ex-PTN). Sua formação lhe dá condições de falar sobre as medicações usadas

.

GOVERNO (SP)

Secretário da Saúde Guermann Ferreira ter formação em Administração Hospitalar, dá ao Estado de São Paulo a vantagem de usar melhor os recursos que estão vindo da União, na guerra ao Covid-19. E ele tem outra virtude: é humilde

.

CONGRESSO (BR)

Na Câmara dos Deputados e no Senado, só mudou o modo de votação - agora por vídeo - por causa do vírus Covid-19 (idem Assembleias e Câmaras municipais). De resto, como é o caso da 'ajuda' financeira aos Estados, tudo como antes

.

PRESIDÊNCIA (BR)

2 expressões definem bem o que é o governo Jair Bolsonaro e seus Ministros: governo de "situações instáveis e imprevisíveis", exatamente como tá sendo a pandemia em todo o mundo. E não é só na Pasta da Saúde, como no caso do Mandetta

.

PARTIDOS

Assim como passou por vários partidos, o último foi o PSL, que voltou pro dono original o deputado federal (PE) Bivar, o Presidente Bolsonaro não deixa dúvidas quando anuncia o que pode e que as vezes acaba fazendo. No caso das demissões ...

.

POLÍTICOS

... que já rolaram e outras que vão rolar, não faz muito tempo que ele disse "... só não tenho como demitir meu vice, o general Mourão". Em tempo: até generais foram abatidos. Que dirá o 'mandato do Mandetta' e até o do Guedes (Economia)

.

JUSTIÇAS (BR)

Uma pergunta segue no ar: qual será o terrivelmente evangélico indicado ainda este ano pro Supremo ? O ministro Moro (ex-juiz federal na Pasta da Justiça & Segurança Pública) tá tão amuado, como diziam os antigos, que possivelmente não será ele

Email:**cesar@cesarneto.com**

Escolas se mobilizam para divulgar auxílio de merenda emergencial

Desde a segunda-feira (13), as 91 Diretorias Regionais de Ensino da capital, Grande São Paulo e do interior se mobilizaram para acompanhar o processo de recebimento do benefício Merenda em Casa, que auxilia as famílias paulistas a manter os filhos em casa durante a quarentena sem prejuízos à alimentação.

Antonio Roberto Prudêncio Ramos é diretor da Escola Estadual Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, no centro da capital. Ele informou que, na escola, há 27 alunos no Cadastro Único. Com a colaboração dos professores coordenadores de sala, Antonio entrou em contato com todos pelo WhatsApp dos alunos. "Até o início da tarde, mais da metade já havia conseguido baixar o aplicativo e conseguir o benefício", revela.

Mais de 732 mil estudantes da rede estadual estão recebendo o subsídio no valor de R$ 55 mensais para a compra de alimentos. Durante dois meses, o benefício dobra e passa para R$ 110 para 113 mil alunos em situação de extrema pobreza.

Alexsandra Alves, mãe de um aluno da Escola Aprígio de Oliveira, de Mogi das Cruzes, agradeceu à iniciativa do Governo de São Paulo e explicou que a plataforma é fácil e intuitiva. "Depois que o aplicativo é instalado, o dinheiro cai na conta em dez minutos. Foi simples e muito rápido", diz.

O pagamento é feito por meio do aplicativo PicPay, que pode ser usado em qualquer smartphone. O cadastro no aplicativo deve ser realizado no nome do responsável pela família de cada estudante com direito ao subsídio.

"Não permitiremos a cobrança de nenhum tipo de taxa dessas pessoas. Então, a própria PicPay garantirá o pagamento de todas as taxas. Foi uma condição colocada para que o dinheiro público e dos parceiros seja utilizado integralmente pelas pessoas", destaca o secretário de Estado da Educação, Rossieli Soares.

O benefício é oferecido aos alunos cujas famílias obtêm o valor o Bolsa Família ou vivem situação de extrema pobreza e não recebem o benefício federal, de acordo com o Cadastro Único, do Ministério da Cidadania.

Investimento

Segundo o Governador João Doria, a ação representa um investimento de R$ 40 milhões em abril e mais R$ 40 milhões em maio. "Neste momento a decisão é para atender 60 dias, mas se for necessário, dadas as circunstâncias e seguindo a orientação médica, poderemos estender por um período ainda maior", disse o Governador durante o lançamento da medida, anunciada em 8 de abril.

A verba extra para os 113 mil estudantes mais carentes será garantida por meio de uma iniciativa da Comunitas, organização social especializada em parcerias público-privadas. O grupo iniciou a mobilização de recursos privados para potencializar esforços e levar renda para as famílias mais vulneráveis do Estado.

O repasse de R$ 55 é subsidiado integralmente pelo Governo de São Paulo e será oferecido enquanto as aulas da rede pública estadual permanecerem suspensas.

Técnicos do Cravi fazem acompanhamento online de vítimas de violência no Estado

Durante o período de quarentena para combater o avanço do novo coronavírus em São Paulo, os técnicos do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, desempenham as atividades com um plano diferenciado de atendimento.

Por meio do teletrabalho, os psicólogos e assistentes sociais atendem as vítimas assistidas nas unidades da capital e dos municípios de Barueri, Suzano, Araçatuba, Santos e São Vicente. Os profissionais têm contatado as vítimas para avaliar o impacto da pandemia da COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) em seus cotidianos, bem como para oferecer a possibilidade de atendimento psicológico online, modalidade regulamentada pelo Conselho Federal de Psicologia.

Acolhimento

O acolhimento será avaliado de acordo com cada caso. Na última semana, 50 pessoas atendidas pelo programa que sofreram diversos tipos de violências, uma delas a doméstica, foram contatadas pelas equipes do centro de referência na capital e no interior.

"Estamos preocupados com as vítimas que atendemos, pois elas encontram no Cravi um local singular de acolhimento e atenção. Especialmente em relação aos casos de violência doméstica, junto com os demais equipamentos de apoio à mulher, monitoramos possíveis demandas ou entraves que possam impedi-las de contatarem nossos serviços", salienta o coordenador-geral do Cravi, Bruno Fedri.

"O Cravi promove palestras sobre temáticas relacionadas à violência no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo. Durante a quarentena, o centro dará continuidade a essa ação. Os técnicos do programa realizarão as atividades por meio de videoconferências. Planejamos também novas formas de atendimento para garantir amparo às vítimas. Estivemos com elas em momentos difíceis, agora não será diferente", explica o secretário da Justiça e Cidadania, Paulo Dimas Mascaretti.

Os técnicos do Cravi também prestarão orientações às vítimas quanto ao acesso ao benefício emergencial da Caixa Econômica Federal (CEF). Eles também informarão os canais de contato do programa por meio do telefone (11) 3291-2624 e do e-mail cravi@justica.sp.gov.br. Esses canais também estão disponíveis para receber novos casos.

Empresa apoiada pela Fapesp fornecerá ventiladores pulmonares ao Ministério da Saúde

A empresa paulista Magnamed assinou, na última quarta-feira (8), um contrato com o Ministério da Saúde para fornecer 6,5 mil ventiladores pulmonares até agosto de 2020. O acordo busca atender o aumento da demanda dos hospitais no Brasil pelo equipamento, essencial ao tratamento de pacientes com COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) em estado grave.

Para atingir essa meta, a empresa contará com parcerias com um grupo de empresas, composto pela Positivo, Suzano, Klabin, Embraer, Flextronics, Fiat Chrysler e White Martins. "Sentimo-nos honrados em poder ajudar o País nesse momento. Isso só será possível graças às parcerias", disse em nota à imprensa Wataru Ueda, CEO da Magnamed.

O ventilador pulmonar de emergência, batizado de Oxy-Mag, foi desenvolvido com apoio do Programa Fapesp Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe), entre 2006 e 2012, iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

"A Magnamed ilustra os benefícios para a sociedade de se ter em São Paulo o ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica], a USP [Universidade de São Paulo], o Cietec [Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia] e a Fapesp", afirmou Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação, em entrevista à Agência Fapesp.

"Formar engenheiros nos melhores referenciais mundiais dá retorno social, apoiar pesquisa excelente dá retorno social e estimular pequenas empresas de base tecnológica dá retorno social. O estoque de capacitação tecnológica em São Paulo está se mobilizando de forma exemplar para contribuir no enfrentamento da crise pandêmica", acrescentou o diretor científico.

Parceria

A Positivo será responsável pelo fornecimento de placas para os ventiladores pulmonares. Já a Suzano auxiliará em questões de engenharia e na procura por fornecedores globais de insumos, além de prover capital de giro para a aquisição de componentes.

A Klabin, por sua vez, ficará responsável pela gestão de compras e importação dos componentes para a montagem dos ventiladores, além de fornecer as embalagens para o transporte dos aparelhos até os hospitais.

A Embraer, em conjunto com sete empresas da indústria aeronáutica no Brasil, buscará encontrar a melhor solução para aumentar a capacidade de produção. A experiência desse grupo de empresas em usinagem complexa permitirá produzir 5 mil componentes para os ventiladores até o fim de abril, estima a Magnamed.

Para a montagem dos ventiladores pulmonares, a Flextronics recebeu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para criar uma linha de produção em sua fábrica em Sorocaba, no interior de São Paulo.

A Fiat Chrysler apoiará na identificação e eliminação de gargalos produtivos e no rastreamento de linhas de financiamento para a ampliação da capacidade de produção, e a White Martins será responsável pelo fornecimento de oxigênio para a fabricação e testes dos respiradores, além do projeto de engenharia e infraestrutura completa para o consumo do gás.

Apoio

A Magnamed fabrica anualmente 1,8 mil ventiladores, dos quais 40% são utilizados em unidades de terapia intensiva (UTIs). O ventilador pulmonar de emergência, desenvolvido com o apoio do programa Pipe-Fapesp, foi o pontapé para a transformação da empresa de startup, que começou em uma garagem, a empresa exportadora para mais de 60 países, de onde obtém 40% de sua receita, com fábrica própria nos Estados Unidos.

"O apoio da Fapesp foi extremamente importante na fase embrionária, quando éramos só empreendedores com muito *know-how*, mas sem os recursos necessários para todo o ciclo de desenvolvimento do produto", disse Ueda em entrevista ao Pesquisa para Inovação, em abril de 2017.

A empresa foi fundada em 2005, quando Ueda e os também engenheiros Tatsuo Suzuki e Toru Kinjo decidiram sair de seus empregos em uma empresa de equipamentos médicos para inovar.

De acordo com o relatório "2020 Global ICU Ventilator Market Outlook", a Magnamed é atualmente uma das principais fabricantes mundiais de ventiladores pulmonares, ao lado de empresas como a Medtronic, Philips e a GE.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo propõe ajuda de R$ 77,4 bi a estados e municípios

A equipe econômica do governo federal propôs na terça-feira (14) novas medidas de ajuda aos estados e municípios, de R$ 77,4 bilhões, em substituição ao Projeto de Lei Complementar 149/19 (Plano Mansueto), aprovado na segunda-feira (13) na Câmara dos Deputados.

O texto substitutivo do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) ao Plano Mansueto, que prevê ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para o enfrentamento à pandemia de covid-19, seguiu para tramitação no Senado.

A proposta da equipe econômica, apresentada no início desta tarde, prevê a transferência direta de R$ 40 bilhões para estados e municípios, sendo que 80% desse valor pelo critério per capita. Serão R$ 21 bilhões para os municípios e R$ 19 bilhões para os estados. "Desses 40 bilhões [de reais], mais de 80% desenharemos para que seja pelo critério per capita e não traga distorções de concentração [de transferência de recursos] em alguns estados ou municípios", explicou o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Desses R$ 40 bilhões, R$ 14 bilhões são para a saúde (R$ 7 bilhões para estados e R$ 7 bilhões para municípios); R$ 2 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos municípios; R$ 1,5 bilhões para o programa de alimentação nas escolas (R$ 750 milhões para estados e o mesmo valor para municípios); e R$ 22,5 bilhões de transferências livres (R$ 11,25 bilhões para estados e o mesmo valor para municípios), pelo critério per capita.

Suspensão de dívidas

A equipe econômica também propôs a suspensão de R$ 22,6 bilhoes em dívidas com a União, sendo a maior parte dos estados (R$ 20,6 bilhões), e a suspensão de dívidas dos estados e municípios com a Caixa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R$ 14,8 bilhões (R$ 10,6 bilhões dos estados e R$ 4,2 bilhões dos municípios).

De acordo com o secretário especial de Fazenda, se as medidas anunciadas hoje forem somadas às já anunciadas, o total chega a R$ 127,3 bilhões.

O valor das medidas anunciadas anteriormente somam R$ 49,9 bilhões, sendo transferência de R$ 4 bilhões para estados e R$ 4 bilhões para os municípios aplicarem na saúde; suplementação de R$ 2 bilhões para o Suas nos municípios; recomposição de R$ 16 bilhões aos fundos de participação dos estados e do Distrito Federal (FPE) e municípios (FPM); atraso no pagamento de PIS/Pasep e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no total de R$ 3,9 bilhões: e renegociação de dívida com garantia da União, sendo R$ 15 bilhões no caso dos estados e R$ 5 bilhões, dos municípios.

Segundo Waldery Rodrigues, a transferência de recursos pode ser feita por meio de medida provisória, e a suspensão das dívidas precisaria ser feita por projeto de lei complementar.

O assessor especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse que haverá negociação no Senado para fazer o ajuste no texto do PL 149-19, aprovado na segunda-feira (13), agora em tramitação na Casa, para adequar a proposta do governo. "É uma opção natural", disse.

Projeto

O projeto aprovado na Câmara prevê compensar a queda de arrecadação do Imposto de Circulação, Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) de 2020 em relação ao ano passado.

Waldery disse que o projeto é um "incentivo perverso" para os estados e municípios não cuidarem da arrecadação. "Esse projeto pode ser um cheque em branco e trazer ônus para a sociedade, para o contribuinte".

Os técnicos do Ministério da Economia também criticaram a distribuição de recursos para estados e municípios de acordo com a perda de arrecadação por concentrar maior transferência para estados e municípios mais ricos. (Agencia Brasil)

Produção de motocicletas tem alta, mas varejo já sinaliza retração

Em março, as fabricantes de motocicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus – PIM produziram 101.425 unidades, volume 10,8% superior ao registrado no mesmo mês de 2019 (91.535 unidades) e 7,4% maior que fevereiro do presente ano (94.442 unidades). Segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – Abraciclo, o primeiro trimestre do ano apresentou crescimento de 7%, com 296.159 motocicletas produzidas, em comparação com as 276.760 unidades fabricadas em igual período de 2019.

"O setor começou o mês de março com forte atividade industrial, porém, para preservar a segurança dos colaboradores e cumprir as determinações das autoridades governamentais e de saúde, cerca de 60% das empresas associadas à Abraciclo do segmento de motocicletas anunciaram paralisações temporárias da produção de suas fábricas em Manaus, em função dos impactos da pandemia do coronavírus (covid-19). As paralisações ocorrem em períodos variados, começando em 30 de março e se estendendo até 5 de maio", relata Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo.

A entidade informa que a perspectiva de baixa atividade comercial devido às ações preventivas de confinamento da população em suas residências também foi um fator considerado para a decisão de suspensão temporária da produção. "Os resultados serão sentidos no balanço do mês de abril", analisa Marcos Fermanian.

Em março, as fábricas repassaram para as concessionárias – em operações de atacado – 92.900 motocicletas, volume que representa uma retração de 0,8% na comparação com o mesmo mês de 2019 (93.605 unidades) e de 0,9% em relação a fevereiro do presente ano (93.757 unidades).

As vendas no atacado no primeiro trimestre somaram 277.402 unidades, correspondendo a uma alta de 2,5% na comparação com o mesmo período de 2019 (270.724 unidades).

Balança comercial teve saldo positivo de US$ 4,7 bi em março

O saldo da balança comercial em março ficou em US$ 4,7 bilhões, montante que supera o registrado no mesmo mês em 2019, de US$ 417 milhões. No acumulado do primeiro trimestre, o superávit foi US$ 5,6 bilhões, abaixo dos US$ 9 bilhões do primeiro trimestre de 2019. Os resultados estão publicados no Indicador do Comércio Exterior (Icomex), divulgado na terça-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

De acordo com o Icomex, em valor, as exportações aumentaram 10,4% no mês e as importações 10,6%, quando comparadas a março de 2019. Entre os dois primeiros trimestres dos dois anos, no entanto, as exportações tiveram queda de 9% e as importações subiram 4,3%.

O volume dos fluxos de comércio teve variação positiva interanual de 13,0% nas exportações e de 14,6% nas importações na comparação entre os meses de março. De acordo com a FGV, desde outubro as exportações caíram na variação mensal entre 2019 e 2020. O único mês que isso não ocorreu foi em dezembro, mas, ainda assim, ficou estagnada. Já as importações vinham aumentando desde dezembro.

Coronavirus

Segundo a FGV, os efeitos da pandemia ainda não aparecem nas estatísticas do comércio exterior, "e isso fica evidente no estudo divulgado na página da Organização Mundial do Comércio (OMC), que estima queda no comércio mundial de 12,9% em um cenário otimista e 31,9% no cenário pessimista". A FGV lembra, no entanto, que as projeções são preliminares, porque permanecem as incertezas quanto à duração, à intensidade e à expansão geográfica da covid-19 no panorama mundial.

"Os efeitos não aparecem nas estatísticas da OMC e nem nas do Brasil. As da OMC só vão até 2019 e nas nossas até março de 2020, mas não aparecem na balança comercial brasileira porque tem um tempo nos contratos de comércio de exterior e os embarques. O que se está embarcando agora são contratos feitos antes", explicou a pesquisadora associada da FGV Lia Valls à Agência Brasil.

O estudo da OMC já apontava ritmo de desaceleração do comércio mundial a partir de 2019, em consequência das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. A queda entre 2018 e 2019 ficou em 0,1%.

"O comportamento desfavorável dos preços das exportações significa que o crescimento das exportações fica dependente do aumento do volume, um resultado mais difícil de ser garantido num ano em que se espera uma recessão mundial", avaliou a FGV.

O volume exportado para o mercado da China e Ásia, excluindo a China e o Oriente Médio, mostra variações positivas na comparação entre o acumulado do ano até março de 2019 e 2020. Conforme o Icomex, em todos os meses do trimestre as exportações cresceram, sendo, nas vendas de soja de 44%, no minério de ferro de 21% e na carne bovina de 116%. Esses resultados explicam a elevação registrada no comércio com a China. No entanto, a redução dos embarques da soja para aquele país poderá impactar as exportações com previsão de queda no segundo semestre.

Com aumento de 28,6%, a agropecuária se destacou entre todos os setores que anotaram variação positiva em março na comparação ao ano anterior. A elevação de 310% na indústria de transformação teve influência das vendas de óleo combustível, que é o quarto principal produto da pauta. A FGV apontou, no entanto, que em relação ao trimestre, apenas a agropecuária apresentou aumento de 1,4 %.

Futuro

De acordo com a FGV, em meio às incertezas dos efeitos da crise provocada pela infestação do novo coronavírus no mundo, as projeções estão sempre sujeitas à revisões e erros. "Em visão atual, as expectativas apontam para um desempenho pior no comércio internacional do que o registrado na crise financeira de 2009. Naquela época o volume recuou 12,1%, mas se recuperou no ano seguinte e cresceu 14,4%. Agora a situação pode não se repetir".

"Não só a queda em 2020 pode ser maior, mas a recuperação mais lenta. A crise do covid-19 afetou o transporte de cargas e pessoas, canais de logística e as cadeias globais de valor. Surge um debate se os países irão rever suas políticas, em especial naqueles setores onde a dependência das importações é elevada. Em outras palavras, o mundo será mais protecionista", completou a FGV. (Agencia Brasil)

Covid-19: endividamento das famílias chega a 66,6% em abril, diz CNC

O percentual de famílias com dívidas, em atraso ou não, chegou a 66,6% em abril deste ano. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na terça-feira (14) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O patamar é recorde no levantamento iniciado em janeiro de 2010. Em março deste ano, a taxa havia ficado em 66,2% e em abril de 2019, em 62,7%.

Essa foi a primeira Peic realizada no país após o início da pandemia do coronavírus. A coleta de dados ocorreu entre 20 de março e 5 de abril deste ano.

A maior parte das dívidas continua sendo com cartão de crédito (77,6%). Em seguida, aparecem as dívidas com carnês (17,5%) e com financiamento de veículos (10,2%).

De acordo com o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o aumento do endividamento é baseado na ampliação do crédito, a fim de manter o poder de compra das famílias durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19). "A queda expressiva dos juros e da inflação reduz, respectivamente, o custo do crédito e a pressão sobre a renda, incentivando o endividamento."

O nível de inadimplência, que mostra as famílias com contas ou dívidas em atraso (não pagas no prazo devido), manteve-se em 25,3%, assim como em março. Na comparação com abril do ano passado, houve alta, já que naquele período a taxa de inadimplência era de 23,9%.

O percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas caiu de 10,2% em março para 9,9% em abril. Ainda assim, o percentual é superior a abril de 2019 (9,5%). (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Economia da França vai recuar 8% este ano, diz ministro

O governo francês descartou na terça-feira (14) suas perspectivas econômicas de dias atrás depois que o presidente Emmanuel Macron prorrogou um bloqueio nacional, fechando parte da segunda maior economia da zona do euro.

Depois que Macron prorrogou o bloqueio até pelo menos 11 de maio, o ministro das Finanças do país, Bruno Le Maire, disse que agora a economia deverá recuar 8% este ano, em vez dos 6% projetados na quinta-feira (2).

Desde 17 de março, por força do coronavírus, 67 milhões de pessoas da França receberam ordens de ficar em casa, exceto para comprar comida, ir ao trabalho, procurar atendimento médico ou fazer exercícios individuais. O isolamento estava originalmente programado para terminar na terça-feira.

A extensão colocará pressão adicional nas finanças públicas, elevando o déficit orçamentário do setor público para um recorde pós-guerra de 9% do Produto Interno Bruto (PIB), acima dos 7,6% da semana passada, disse o ministro do Orçamento, Gerald Darmanin.

Precipício

Na semana passada, o governo mais do que dobrou um pacote de medidas para afastar a economia do precipício, para pelo menos 100 bilhões de euros, mais de 4% da produção econômica.

"Se precisarmos fazer mais, faremos mais. Estaremos lá", disse Le Maire.

O pacote permite que as empresas adiem bilhões de euros em impostos e salários para lidar com o colapso dos negócios, e cria um fundo de solidariedade de 7 bilhões de euros para as pequenas empresas mais frágeis, que já foram utilizados por 900 mil firmas. (Agencia Brasil)

China aprova início de testes de vacinas experimentais contra covid-19

A China aprovou testes humanos em estágio inicial para duas vacinas experimentais que podem combater o novo coronavírus que já matou mais de 100 mil pessoas em todo o mundo, informou a agência estatal Xinhua na terça-feira (14).

As vacinas estão sendo desenvolvidas pela Sinovac Biotech, listada na Nasdaq e sediada em Pequim, e pelo Instituto de Produtos Biológicos de Wuhan, uma afiliada do estatal Grupo Farmacêutico Nacional da China.

Em março, a China recebeu autorização para outro teste clínico de um candidato a vacina contra a covid-19 desenvolvido pela Academia de Ciências Médicas Militares da China e pela empresa de biotecnologia CanSino Bio, logo após o grupo norte-americano Moderna informar que havia iniciado testes em humanos para a vacina com os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos. (Agencia Brasil)

Confira como pedir a renda básica emergencial de R$ 600

Paga a trabalhadores informais de baixa renda e a beneficiários do Bolsa Família, a renda básica emergencial de R$ 600 ou de R$ 1,2 mil para mães solteiras será depositada de forma automática para quem já está inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) a partir de quinta-feira (9) e tem conta no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Os demais trabalhadores terão de se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site Auxílio Caixa e começarão a ser pagos até o dia 14.

Quem está no Bolsa Família não precisa se cadastrar e receberá o auxílio emergencial no mesmo dia do pagamento do programa social, que ocorre entre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário desse grupo receberá o maior valor entre o Bolsa Família e a renda básica emergencial no fim de abril, de maio e de junho.

Nesta fase, o dinheiro será depositado em contas poupança digitais ou na conta corrente informada pelo beneficiário e só poderá ser movimentado eletronicamente. Os saques em dinheiro em casas lotéricas e em caixas eletrônicos começam no dia 27.

Como será feito o pagamento?

Nesta primeira fase, não haverá saques, apenas depósitos. O dinheiro só poderá ser movimentado eletronicamente. Beneficiários com conta aberta no próprio nome em qualquer outro banco podem indicá-la para receber o valor. A Caixa transferirá o dinheiro sem custos adicionais.

Já beneficiários sem conta em banco terão de autorizar a abertura de uma conta poupança digital na hora de cadastrar o benefício no site ou no aplicativo. O processo é automático e dispensa a apresentação física de documentos.

Beneficiários sem acesso à internet poderão fazer o cadastro nas agências da Caixa ou nas casas lotéricas (se estiverem abertas), com o recebimento do dinheiro na conta indicada, seja ela conta corrente ou conta poupança digital. O saque em dinheiro só começa em 27 de abril.

Existe um telefone para tirar dúvidas?

O trabalhador pode ligar para o telefone 111, criado pela Caixa, para tirar dúvidas sobre a renda básica emergencial. A linha está disponível apenas para o esclarecimento de informações. O trabalhador pode consultar se está no CadÚnico, no Bolsa Família e se precisa cadastrar-se no aplicativo ou no site.

As ligações podem ser feitas pelo celular de forma gratuita, graças a um acordo entre o governo e operadoras telefônicas. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Dólar sobe pelo segundo dia seguido e fecha em R$ 5,19

Em meio à divulgação de indicadores contraditórios sobre o impacto econômico da pandemia de coronavírus, o dólar comercial voltou a subir e aproximar-se de R$ 5,20. A moeda encerrou a terça-feira (14) vendida a R$ 5,191, com alta de R$ 0,005 (+0,1%).

A cotação operou perto da estabilidade durante toda a sessão, alternando momentos de alta e de baixa. Na máxima do dia, por volta das 12h30, a moeda encostou em R$ 5,21. A divisa acumula alta de 29,35% em 2020.

O Banco Central (BC) interveio no mercado. A autoridade monetária rolou US$ 1 bilhão em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro.

As tensões no mercado de câmbio não se refletiram na bolsa de valores. Depois de ter caído ontem (13), o índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), reagiu e fechou o dia em 79.918 pontos, com alta de 1,37%. O indicador seguiu as bolsas internacionais. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou esta terça com alta de 2,39%.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia de coronavírus. As interrupções na atividade econômica associadas à restrição de atividades sociais travam a produção e o consumo, provocando instabilidades.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou que a economia global terá queda de 3% em 2020. Para o Brasil, os prognósticos são piores, com o organismo internacional projetando retração de 5,3% no Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país).

Paralelamente, as exportações na China, primeiro país afetado pela pandemia, caíram 6,6% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado. A queda foi menor que o previsto. Paralelamente, estados norte-americanos e países europeus discutem planos para afrouxar a quarentena e as restrições sanitárias, o que indica que a pandemia está estabilizando-se.

As dúvidas sobre o acordo entre os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) continuam a pressionar os mercados. No domingo (12), os membros do grupo fecharam um acordo para reduzir a produção global em 10 milhões de barris por dia em maio e junho. No entanto, a preocupação com a queda mundial da demanda provocada pela pandemia e a resistência de empresas e de governos a aderir ao acordo influenciam as cotações internacionais do barril.

A guerra de preços de petróleo começou há um mês, quando Arábia Saudita e Rússia aumentaram a produção, mesmo com os preços em queda. Há duas semanas, a cotação do barril do tipo Brent chegou a operar próxima de US$ 20, no menor nível em 18 anos. Segundo a Petrobras, a extração do petróleo na camada pré-sal só é viável para cotações a partir de US$ 45.

Por volta das 18h30, o Brent era vendido a US$ 30,07, com queda de 5,26%. As ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa, recuaram. Os papéis ordinários (com direito a voto em assembleia de acionistas) desvalorizaram-se 0,69% na terça. Os papéis preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) tiveram queda de 1,18%. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Dierberger Oleos Essenciais S/A
CNPJ nº 61.142.089/0001-15 - NIRE 3530001284-4
Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os senhores acionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27/04/2020, às 10h00, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortogosa, 827, sala A, Barra Bonita/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2020, 2021 e 2022; b) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Barra Bonita, 15/04/2020.
João Andreas Dierberger - Diretor Presidente.

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte no dia 15/04 às 19h. www.originarteleiloes.com.br Av. Doutor João Guimarães, 315 A Morumbi SP/SP (11) 5825-8932 originarteleiloes@gmail.com

Sociedade Japonesa de Educação e Cultura
CNPJ nº 49.086.218/0001-08
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores associados da Sociedade Japonesa de Educação e Cultura para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede à Estrada do Campo Limpo, nº 1501, em São Paulo, no dia 09 de Maio de 2020, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Exame e aprovação do Relatório de Atividades de 2019; b) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras de 2019; c) Exame e aprovação do Orçamento para 2020; d) Eleição dos membros da Diretoria; e) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e f) Outros assuntos de interesse da entidade. Não havendo quorum na primeira convocação (maioria absoluta dos associados), será feita uma segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, quando a assembleia instalar-se-á legalmente com qualquer número de presentes. O associado impossibilitado de comparecer poderá fazer-se representar por outro associado, mediante procuração. São Paulo, 14 de Abril de 2020.
Sociedade Japonesa de Educação e Cultura.
Koji Miyashiro - Presidente

Jornal O DIA SP

Infra 6 Participações S.A.
CNPJ/ME nº 33.314.054/0001-80 - NIRE 35300534441 | **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
Assembleia geral de debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real, e garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Infra 6 Participações S.A. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Infra 6 Participações S.A. ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) a reunirem-se em primeira convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") nos termos da Cláusula Nona do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da Infra 6 Participações S.A., celebrada em 31/5/19, entre a Emissora, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário") e os intervenientes fiadores, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a ser realizada no **dia 23/4/20, às 10:00 horas**, na sede da Emissora, na Cidade de São Paulo/SP, Rua Bela Cintra, 1.149, 8º andar, sala 2 ("Assembleia"), e face a pandemia de COVID-19, exclusivamente de modo digital e remoto, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Alteração do cronograma de pagamentos de Amortização e Remuneração (conforme definidas na Escritura de Emissão), de modo que as parcelas Amortização e Remuneração (conforme definidas na Escritura de Emissão) devidas pela Emissora entre o período de 25/4/20 e 25/9/20, inclusive, sejam incorporadas ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sem que a Data de Vencimento seja alterada. **2.** Autorização prévia para (i) o não cumprimento do Fluxo Mensal Mínimo, conforme definido no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e de Contas Vinculadas e Outras Avenças", celebrado em 17/7/19 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), pelo período de 180 dias, a partir de 25/4/20; e (ii) a não retenção dos recursos que transitarem nas Contas Vinculadas em decorrência do não atendimento ao Fluxo Mensal Mínimo pelo período de 180 dias, a partir de 25/4/20; e **3.** Autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, assinar todos os documentos e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações objetos dos itens acima. Os debenturistas poderão se fazer representar por mandatários devidamente constituídos. Excepcionalmente, face à pandemia de COVID-19, os debenturistas que pretendam participar da Assembleia poderão fazê-lo através da linha telefônica número 4003-8553 (ligação local), sala de conferência nº 1285, e sentha de participante a ser encaminhada pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., até 24 horas antes da assembleia, para os debenturistas que tiverem encaminhado, até às 23h:59m do dia 21/4/20, cópia digital de seus documentos pessoais ou, na hipótese de mandatário, documentos aptos a demonstrar sua regular e válida representação, para o endereço eletrônico do agente fiduciário (fiduciario@simplificpavarini.com.br), sob pena de não ter sua presença computada nos quóruns de instalação e votação da Assembleia. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no interim da presente convocação e da Assembleia Geral. São Paulo, 15 de abril de 2020. **Infra 6 Participações S.A.**

Cyrela Esmeralda Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ 13.003.580/0001-12 - NIRE 35.224.853.162
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, hora, local: 04.04.2020, às 10 hs, na sede, Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, Sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 1.360.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 1.360.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**. Desta forma o Capital Social passará de R$ 4.895.642,00 **para** R$ 3.558.642,00, dividido em 3.558.642 quotas. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.04.2020. **Mesa: Miguel Maia Mickelberg** - Presidente; **Sandra Esthy Attié Petzenbaum** - Secretária. **Sócio: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.** - Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

Cyrela Braga Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ 08.241.402/0001-90 - NIRE 35.220.868.467
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, hora, local: 07.04.20, 10hs, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, sala 01, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações aprovadas:** Redução do capital em R$ 1.313.440,00, sendo R$563.440,00 direcionados a absorção de prejuízos e R$750.000,00 por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 1.313.440, valor de R$ 1,00 cada, todas da sócia Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, passando o capital **de** R$9.160.417,00 **para** R$7.846.977,00, dividido em 7.846.977 quotas. Autorizar os administradores a assinar todos os documentos necessários. Nada mais. São Paulo, 07.04.20. Sócia: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

Cotia Empreendimentos Imobiliários Ltda - CNPJ/ME 08.529.157/0001-10 - NIRE 35.221.130.330
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, hora, local: 07.04.2020, 10hs, na sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, sala 01, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sandra Esthy Attié Petzenbaum, Secretário: Miguel Maia Mickelberg. **Deliberações aprovadas:** 1. Redução do capital em R$ 3.400.000,00, por serem considerados excessivos, passando **de** R$ 3.412.242,00 **para** R$ 12.242,00 dividido em 12.242,00 quotas, mediante o cancelamento de 3.400.000 quotas, com valor de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, a quatrocentos **Cyrela Brazil Realty Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. **2.** Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.04.2020. Sócio: **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.** Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

Processo 1004809-59.2018.8.26.0010 - Interdição - Tutela e Curatela - R.F.S. - EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Cely Barreto da Costa, REQUERIDO POR Cristiane Barreto da Silva - PROCESSO Nº 1004809-59.2018.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). ELIZABETH KAZUKO ASHIKAWA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 06/11/2019 18:12:35, foi decretada a PARCIAL INTERDIÇÃO de CELY BAROSA COSTA, CPF 063.201.528-42, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, do código de Processo Civil e 85 da Lei nº 13.146/2015, e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o Sr. Ricardo Franklin da Silva. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma de lei. 17 e 31 / 03 + 15 / 04 / 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 40 DIAS. PROCESSO Nº 1020352-14.2018.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. Faz Saber aos Réus Amaro Bernardo, CPF 221.184.168-72 e Maria Aparecida Bernardo, CPF 221.184.178-33, que Tauan Administração e Participações Ltda ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 46.921,26 (10/2018), referente ao débito de alugueres vencidos e/ou atrasados do imóvel. Estando o réu em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra, sob pena de, não o fazendo, ser acrescida multa no percentual de 10%, do montante da condenação (art. 523§ 1º e 3º do CPC), bem como ser convertido em penhora o arresto efetuado sobre o imóvel caucionado junto ao 12º Registro de Imóveis da Capital - Matrícula 113.449, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer impugnação, sob pena de prosseguir a ação, sendo revelia-se presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do CPC), Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2020. B - 15 e 16

Citação - Prazo 20 dias - Proc. nº 1016853-11.2016.8.26.0100. O Dr. Valdir da Silva Queiroz Junior, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível - Foro Central Cível, na forma da Lei. Faz Saber a Xiao Jun Gao, CPF 233.013.548-31, que Zuzu Cell Limitada - Me, ajuizou uma Ação de Conhecimento (Sustação e Protesto) com Pedido de Antecipação de Tutela, objetivando a sustação de protesto do cheque nº 000827, datado de 13.05.2016, emitido contra o Banco Bradesco S/A, c/c 0853711-1, agência 0103, no valor de R$ 15.000,00, condenando-se o réu ao pagamento de custas honorários e demais cominações. Sendo deferido a liminar, devendo ser sustado o ato até despacho do credior. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel e presume-se as verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § IV). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. São Paulo, 25.11.2019. B - 15 e 16

Citação - Prazo 20 dias - Proc. 1094242-95.2018.8.26.0100. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Zenilda da Rocha de Almeida, CPF 292.522.778-62, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum Cível, objetivando condenar o réu ao pagamento de R$ 14.118,63 (set/2018), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao inadimplemento do Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 8031920. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. São Paulo, 13.03.2020. B - 15 e 16

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000652-51.2015.8.26.0009O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **4ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo**, Dr(a). Jurandir de Abreu Júnior, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** ao**EMERSON JOSÉ TEIXEIRA** Brasileiro, RG 21.755.856, CPF 114.506.188-55, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **Flávio Nogueira Venosa**, alegando em síntese: A parte autora alega que o réu está depositando entulho irregularmente no local dos fatos, assim, acarretando-lhe múltiplos prejuízos de ordem financeira. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 30 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de fevereiro de 2020 15 e 16/04

Edital de Intimação. Prazo de 20 dias. Processo nº 4001186-36.2013.8.26.0001. O Dr. Adevanir Carlos Moreira da Silveira, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível - Foro Regional I - Santana/SP, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a SONIA MAGARIAN, CPF 006.869.988-39 que o CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CIBELE, ajuizou-lhe bem como a José Alberto Laporta (citado), Ação de Cobrança, julgada procedente, encontrando-se o processo na fase de Cumprimento de Sentença. Estando a coexecutada em lugar ignorado e incerto, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por edital, para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento do débito no valor de R$ 64.985,18 (16/05/17), devidamente atualizado à época do pagamento, sob pena do débito ser acrescido de multa de 10% e de honorários de advogado de 10%. Fica ciente a coexecutada que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o prazo supra sem o pagamento, inicia-se o prazo de 15 dias para, querendo, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação. Será o presente edital por extrato publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 11/07/2017. 15 e 16/04

MENDES GONÇALVES S/A
CNPJ 55.286.799/0001-55
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Pelo estatuto, ficam convocados os Senhores acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2020 às 10:30 horas em primeira chamada, havendo quórum, ou às 11:00 horas segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes, na sede da sociedade, São Paulo/SP na Rua Brigadeiro Tobias, 356, 11º andar, sala 111, Centro, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia, **Em Assembleia Ordinária:** a) Aprovar as demonstrações contábeis, b) Aprovar destinação Lucro Líquido do exercício, c) Eleição de Diretoria d) Eleição Conselho Consultivo, e) Fixar verba global anual de remuneração da Diretoria, f) Fixar os honorários do Conselho Consultivo, Outros assuntos de interesse da sociedade. **Em Assembleia Extraordinária:** 1) Reversão de Dividendos; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo-SP, 14/04/2020. **Raul Francisco Mendes Prates** - Presidente.

ATA REDAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ARGO GESTÃO DE RECURSOS LTDA CNPJ/nº: 30.085.578/0001-59, Inscrita no NIRE: 35235218439 End.: Rua Pedroso Alvarenga, 1284, conjunto 102. Itaim, São Paulo/SP Ata de Reunião de Sócios - **REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL** Aos 13/04/2020 as 12:30, Local: Sede da Empresa. Presidente: Augusto Lange Vieira e secretário: Daniel Bortoleto Salomão. Estavam presentes todos os sócios. I) Fica aprovada a redução proporcional do capital social atual, equivalente a R$ 3.000.000,00, em R$ 3.000.000,00, passando o capital social a ser de R$ 500.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, mediante a devolução do capital aos sócios representativo das quotas do Capital Social da Sociedade. Nada mais haveria a tratar.O presente conteúdo é verdadeiro e fiel aos termos do art. 1.084 do C.C.

Peninsula Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/Nº nº 20.555.859/0001-74 - NIRE: 35.300.467.183 - **Ata de AGE Realizada em 12/11/18.** 12/11/18, às 10h30, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto - Presidente. Rafael Freitas de Aguiar - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade: **1.** Aprovada a ratificação e a ratificação da ata da AGE de 4/12/14, registrada na JUCESP sob nº 542.401/15-0, em 8/12/15, para: **1.1.** Retificar o valor do aumento do capital social, que constou erroneamente na ata da AGE de 4/12/14 como sendo de R$44.128.426,00, quando, foi de R$43.501.506,00, e aprovar e retificar o número de ações emitidas. A retificação ora deliberada visa refletir no ata da AGE de 4/12/14 o efetivo valor do aumento de capital realizado à época, nos termos dos livros contábeis e demonstrações financeiras auditadas. **1.1.1.** Assim, fica retificada a redação do item "7" do tópico "deliberações" da ata da AGE de 4/12/14, para constar: **"7.** Aprovado o aumento do capital social de R$50.000,00 para R$43.501.506,00, com um aumento efetivo, de R$43.501.506,00, com emissão de 43.501.506 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, em ludo idênticas às anteriormente, ao preço de R$1,00 por ação. As ações era emitidas são não conversíveis e serão integralizadas em moeda nacional até 30/4/16, conforme Boletins de Subscrição. O capital do Artigo 5º da Estatuto Social foi alterado, passando a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito, é de R$43.501.506,00, representado por 43.501.506 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **1.1.2.** Ficam retificados os Boletins de Subscrição que integraram a ata da AGE de 4/12/14. **1.2.** Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 4/12/14, bem como todos os atos societários dela decorrentes. **2.** Aprovada a retificação e a ratificação da ata da AGE de 4/12/15, registrada na JUCESP sob nº 230.465/16-4, em 23/5/16, para: **2.1.** Fica retificada a redação do valor do aumento do capital social constante na Ata da AGE de 4/12/14, consequentemente aprovar e retificar os valores que constaram na Ata da AGE de 4/12/15 como sendo os valores do capital social antes e após a redação do capital aprovada em referida assembleia, e que corresponde ao valor a ser mantido após a redução de capital, equivalente a R$1.100.000,00, não está sendo retificado, permanecendo, portanto, inalterado e em conformidade com as deliberações e publicações legais realizadas à época da redação do capital. **2.1.1.** Fica retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "1.1. Em virtude da redução, o valor do capital social passará de R$43.502.606,00, representado por 43.502.606 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.1.2.** Ainda, fica também retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "2. Aprovar a reforma do "Artigo 5º", caput, do Estatuto Social, permanecendo inalteradas as redações dos seus parágrafos, que vigerá com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.2.** Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 4/12/15, bem como todos os atos societários dela decorrentes. **3.** Fica ratificada todas as deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 16/11/16, registrada na JUCESP sob nº 48.997/17-1, em 20/1/17, que aumentou o capital social para R$46.402.006,00, em 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.2.** Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 4/12/15, bem como todos os atos societários dela decorrentes. **3.** Fica ratificada todas as deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 16/11/16, registrada na JUCESP sob nº 48.997/17-1, em 20/1/17, que aumentou o capital social para R$46.402.006,00, em 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **3.1.** Fica ratificado a redação do item "3." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "3. Em virtude da redução, o valor do capital social passará de R$42.502.606,00, representado por 43.502.606 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **3.1.2.** Ainda, fica também retificada a redação do item "3." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "2. Aprovar a reforma do "Artigo 5º", caput, do Estatuto Social, permanecendo inalteradas as redações dos seus parágrafos, que vigerá com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **3.2.** Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 4/12/15, bem como todos os atos societários dela decorrentes. **4.** Aprovada a ratificação e a ratificação da ata da AGE de 4/12/16, registrada na JUCESP sob nº 542.399/16-8, em 8/12/16, para: **4.1.** Retificar o valor do aumento do capital social constante na Ata da AGE de 4/12/14, consequentemente aprovar e retificar os valores que constaram na Ata da AGE de 4/12/15 como sendo os valores do capital social antes e após a redação do capital aprovada em referida assembleia, e que corresponde ao valor a ser mantido após a redução de capital, equivalente a R$1.100.000,00, não está sendo retificado, permanecendo, portanto, inalterado e em conformidade com as deliberações e publicações legais realizadas à época da redação do capital. **2.1.1.** Fica retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "1.1. Em virtude da redução, o valor do capital social passará de R$43.502.606,00, representado por 43.502.606 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.1.2.** Ainda, fica também retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "2. Aprovar a reforma do "Artigo 5º", caput, do Estatuto Social, permanecendo inalteradas as redações dos seus parágrafos, que vigerá com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.2.** Ratificar as demais deliberações tomadas pelos acionistas na AGE de 4/12/15, bem como todos os atos societários dela decorrentes. **5.** Aprovada a ratificação e a ratificação da ata da AGE de 4/12/17, registrada na JUCESP sob nº 230.465/16-4, em 23/5/16, para: **5.1.** Fica retificado o valor do aumento do capital social constante na Ata da AGE de 4/12/14, consequentemente aprovar e retificar os valores que constaram na Ata da AGE de 4/12/15 como sendo os valores do capital social antes e após a redação do capital aprovada em referida assembleia, e que corresponde ao valor a ser mantido após a redução de capital, equivalente a R$1.100.000,00, não está sendo retificado, permanecendo, portanto, inalterado e em conformidade com as deliberações e publicações legais realizadas à época da redação do capital. **2.1.1.** Fica retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "1.1. Em virtude da redução, o valor do capital social passará de R$43.502.606,00, representado por 43.502.606 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **2.1.2.** Ainda, fica também retificada a redação do item "1.1." da tópico "deliberações" da Ata de AGE de 4/12/15, para fazer constar a seguinte redação: "2. Aprovar a reforma do "Artigo 5º", caput, do Estatuto Social, permanecendo inalteradas as redações dos seus parágrafos, que vigerá com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$42.402.006,00, dividido em 42.402.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 3 ações preferenciais sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal." Nada mais. JUCESP nº 483.855/19-1 em 9/9/19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

Peninsula Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/Nº nº 20.555.859/0001-74 - NIRE: 35.300.467.183 - **Ata de AGE Realizada em 30/7/19.** 30/7/19, às 9h30, na sede da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto - Presidente. Rafael Freitas de Aguiar - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade: **1.** Aprovadas, por unanimidade, a renúncia ao cargo de Diretor Presidente, conforme termo de renúncia apresentado nesta data, e ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, **2.** Eleger **Marcelo Lacerda Jeziersk** - Diretor Vice-Presidente. Os Diretores Eleitos, ora eleitos, declaram, mediante assinatura de respectivo termo de posse, ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura de declaração de desimpedimento para o exercício de suas funções, nos termos do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, conforme aferindo, a qual declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei e exercer a administração. Nada mais. JUCESP nº 513.736/19-6 em 27/9/19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

Peninsula Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/Nº nº 20.555.859/0001-74 - NIRE: 35.300.467.183 - **Ata da AGE Realizada em 30/10/19.** 3/10/19, às 9h, na sede da Companhia. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto - Presidente. Luís Henrique da Silveira Franciosi - Secretário. **Deliberações por unanimidade:** Foi aprovado a ratificação das matérias: • eleição dos Srs. Helmut José Ferraz Fladt, Marcelo Fedak e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 28/4/17, arquivada na JUCESP em 5/10/17, sob nº 459.133/17-2; • retificação da ata da RCA de 28/4/17, em que constou erroneamente o prazo de mandato dos membros, 03 (três) anos, devidamente retificado conforme RCA de 7/11/18, arquivada na JUCESP em 13/11/17, sob nº 509.932/17-4; • ratificação da renúncia do Sr. Helmut José Ferraz Fladt e eleição do Sr. Luis Henrique da Silveira Franciosi, conforme RCA de 22/12/17, arquivada na JUCESP em 16/2/18, sob nº 83.242/18-1; e • eleição dos Srs. Luís Henrique da Silveira Franciosi, Marcelo Fedak e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 27/4/18, arquivada na JUCESP em 15/5/18, sob nº 225.277/18-9. Nada mais. JUCESP nº 34.655/20-7 em 17/1/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

Peninsula Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/Nº nº 20.555.859/0001-74 - NIRE: 35.300.467.183 - **Ata da AGE Realizada em 3/10/19.** 3/10/19, às 9h, na sede da Companhia. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto - Presidente. Luís Henrique da Silveira Franciosi - Secretário. **Deliberações por unanimidade:** Foi aprovado a ratificação das matérias: • eleição dos Srs. Helmut José Ferraz Fladt, Marcelo Fedak e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 28/4/17, arquivada na JUCESP em 5/10/17, sob nº 459.133/17-2; • retificação da ata da RCA de 28/4/17, em que constou erroneamente o prazo de mandato dos membros, 03 (três) anos, devidamente retificado conforme RCA de 7/11/18, arquivada na JUCESP em 13/11/17, sob nº 509.932/17-4; • ratificação da renúncia do Sr. Helmut José Ferraz Fladt e eleição do Sr. Luis Henrique da Silveira Franciosi, conforme RCA de 22/12/17, arquivada na JUCESP em 16/2/18, sob nº 83.242/18-1; e • eleição dos Srs. Luís Henrique da Silveira Franciosi, Marcelo Fedak e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 27/4/18, arquivada na JUCESP em 15/5/18, sob nº 225.277/18-9. Nada mais. JUCESP nº 34.655/20-7 em 17/1/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

Peninsula Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/Nº nº 20.555.859/0001-74 - NIRE: 35.300.467.183 - **Ata de AGE Realizada em 31/10/19.** 31/10/19, às 9h30, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto - Presidente. Rafael Freitas de Aguiar - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade: **1.** Aprovadas a prestação de contas dos administradores, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/18. **2.** Foi consignado que não foi apurado lucro no exercício social encerrado em 31/12/18, restando assim prejudicada qualquer discussão a respeito da dest

MOINHO IGUAÇU AGRONDUSTRIAL S.A. - CNPJ/MF N° 77.753.275/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (*Valores expressos em milhares de reais*)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.816	84.072
Contas a receber	4	163.504	135.576
Estoques	5	307.969	229.264
Impostos a recuperar	6	35.789	26.952
Contratos de cereais	7	6.354	3.563
Outros créditos		288	301
Total do ativo circulante		589.720	479.728
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	4	5.451	7.763
Partes relacionadas	17	4.949	10.209
Bens destinados à venda	9	124	360
Depósitos Judiciais		-	17
Impostos de renda e contribuição social diferidos	8	10.773	9.503
Investimentos	11	7.749	6.306
Imobilizado	10	194.025	139.822
Intangível		422	430
Ativo de direito de uso	12	4.020	-
Total do ativo não circulante		227.513	174.410
TOTAL DO ATIVO		817.233	654.138

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativa	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	315.118	264.106
Empréstimos e financiamentos	14	178.830	110.769
Obrigações sociais e provisões trabalhistas		3.352	4.679
Obrigações tributárias		5.281	754
Marização a mercado de derivativos	23	2.792	5.314
Passivo de Arrendamento	12	3.911	-
Adiantamentos de clientes	15	56.954	56.623
Total do passivo circulante		566.288	442.245
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	1.269	2.194
Empréstimos e financiamentos	14	191.439	167.090
Partes relacionadas	17	3.195	3.154
Total do passivo não circulante		195.903	172.438
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	30.000	30.000
Reserva de reavaliação		1.450	1.548
Reserva de lucros		23.592	7.907
Total do patrimônio líquido		55.042	39.455
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		817.233	654.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (*Valores expressos em milhares de reais*)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	AFAC	Total do patrimônio líquido e AFAC
EM 1º DE JANEIRO DE 2018	10.000	1.649	19.802	-	-	31.451	1.000	38.451
Realização da reserva de reavaliação	-	(101)	101	-	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	994	994	-	994
Destinações:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	249	(249)	-	-	-
Constituição de reservas de lucro	-	-	745	-	(745)	-	-	-
Lucros Integralizados ao capital Social	12.990	-	(12.990)	-	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	10	-	-	-	-	10	-	10
Integralização do AFAC ao Capital Social	1.000	-	-	-	-	1.000	(1.000)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.000	1.548	7.658	249	-	39.455	-	39.455
Realização da reserva de reavaliação	-	(98)	98	-	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	15.587	15.587	-	15.587
Destinações:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	779	(779)	-	-	-
Constituição de reservas de lucro	-	-	-	14.808	(14.808)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	30.000	1.450	22.564	1.028	-	55.042	-	55.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional- A Moinho Iguaçu Agroindustrial S.A. (a"Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em abril de 1.954. A Companhia tem sede em Curitiba, estado do Paraná, na Avenida República Argentina, 210, sala nº 1.202. Suas atividades estão direcionadas à comercialização de sementes de soja e trigo, importação e exportação de cereais, fertilizantes, defensivos, entre outros, além da prestação de serviços de assistência técnica, assessoria comercial às Empresas e produtores na colocação de seus produtos no mercado nacional. A Administração da Moinho Iguaçu Agroindustrial S.A. aprovou as demonstrações financeiras em 20 de março de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis. 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2.Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: •IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os efeitos de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma estão detalhados na nota explicativa 12. •IFRIC 23/CPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer passivos e ativos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. **2.3. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valoração, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos)tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos custos de venda. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a)Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. b)Transações e saldos - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variação cambial, líquida". c) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo o valor de mercado, possuem vencimentos inferiores há 90 dias, sem prazos fixados para resgate, sont liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. d)Ativos financeiros - Classificação - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: •Mensurados ao valor justo. •Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhiapara gestão dos ativos financeiros e esterneos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos mensurados mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. *Reconhecimento e Desreconhecimento* - Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhiase compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Mensuração - No reconhecimento inicial, a Companhiamensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Impairment - A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhiaaplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida até a baixa do recebível. e) Instrumentos financeiros derivativos *e de Instrumentos financeiros* - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhiaou da contraparte. e) Ciências a receber - Apresentadas pelo valor de realização na data do balanço são registradas com base no preço formalizado em contrato e ajustadas a valor presente a taxa de 0,81% a.m. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhiapara cobrir eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber, cujo saldo é apresentado líquido dessa provisão, quando aplicável. A avaliação de risco de crédito é periodicamente passado de inadimplência com seus clientes, condições atuais e previsões futuras que estejam disponíveis em informativos de mercado, relatórios de crédito, setoriais e outros. Essa análise é individualizada e realizada à medida que fatos novos surgem e sempre que seja identificada uma real possibilidade de perdas. Na prática, como grande parte dos seus ativos financeiros são de curto prazo, o risco de não identificação de perdas relevantes é muito baixo. f) Ajuste a valor presente - É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. g) Estoques - Os insumos estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os cereais compreendem milho, soja e trigo são avaliados ao preço de mercado, considerando a data de fechamento do balanço, em decorrência da natureza da operação da Companhia. Os Adiantamentos concedidos para compra antecipada da safra fazem parte dos estoques. Esses adiantamentos estão firmados em contratos de compra, sendo avaliados com base no preço de compra praticado na data do fechamento do balanço considerando o preço da opção de venda e o produto foi adquirido. h) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de reavaliação registrada em 2007, a qual foi admitida como parte integrante do valor de custos dos respectivos bens, deduzida de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quanto aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas em vendas ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. i) Intangível - Corresponde a taxa de licença de uso de software, sendo a amortização em função da vida útil. j)Demais ativos e passivos - São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço. l) Ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira ou sujeitos a variação monetária - São mensurados com base na legislação vigente, considerando as alíquotas e demais taxas previstas. Os impostos diferidos ativos reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização e estão suportados por projeções de resultados tributáveis. Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre a reserva de reavaliação. o) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em relação ao possível estimar ou valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o montante do ressarcimento for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. p) Reconhecimento de receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias (cereais) e fornecimento de bens de insumos agropecuários no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhiae quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. *Venda de produtos* - As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ser total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. *Receitas financeiras* - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). q) Uso de estimativas - A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas dos balanços, bem como os valores das receitas e despesas durante os períodos reportados. Para elaboração, a Administração da Companhiaprepara várias estimativas e premissas, inclusive seleção das vidas úteis do imobilizado, outras pressupostos provisionadas, provisão para contingências e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. r) Instrumentos financeiros derivativos -A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio e variação de "commodities", incluindo contratos de câmbio e commodities. A nota explicativa23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e ajustados pelo valor justo contra resultado no encerramento do exercício. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. s)Investimentos em "joint-ventures" - Uma "joint venture" é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma "joint venture" é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhiano resultado. Quando a participação da Companhianas perdas de uma "joint venture" ultrapassa a participaçãonessa "joint venture", a Companhiadeja de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhiaincorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da "joint venture". Um investimento em uma "joint venture" é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma "joint venture". Na aquisição do investimento em uma "joint venture", qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhiano valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma "joint venture" ou quando o investimento é classificado como mantido para venda.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	52	43
Contas correntes	110	1.853
Aplicações financeiras (*)	75.654	82.176
Total	75.816	84.072

(*)Os saldos de aplicações financeiras possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, que são remunerados por índices que variam de 95% a 104% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. No ano de 2019 o CDI apresentou taxa média anual de 5,96% (6,4% em 2018).

4. Contas a receber

	2019	2018
Contas a receber - insumos	95.549	80.946
Contas a receber - cereais	72.840	63.061
Outras contas a receber	2.431	1.342
(-) Ajuste a valorpresente	(1.865)	(2.010)
Total das contas a receber	168.955	143.339
Circulante	163.504	135.576
Nãocirculante	5.451	7.763
Total	168.955	143.339

As contas a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018 possuem o seguinte prazo de vencimento:

	2019	2018
A vencer	160.079	130.911
Vencidos até 30 dias	2.182	4.141
Vencidos de 31 a 90 dias	1.581	845
Vencidos de 91 a 180 dias	749	2.504
Vencidos a mais de 181 dias	4.364	4.938
Total	168.955	143.339

Com relação à carteira de clientes, a Companhiapossui informações cadastrais que possibilitam avaliar o cliente no mercado, tais como, volume de compra, restrições negativas e a partir dessas informações possui parâmetros para estabelecer o crédito e definir garantias necessárias.

5. Estoques

	2019	2018
Cereais	172.989	103.354
Contratos de compraefutura	63.942	51.720
Insumosagrícolas	62.887	48.674
Adiantamento a fornecedores	8.231	25.516
Total	307.969	229.264

O estoque de cereais, no montante de R$ 172.989 (R$ 103.354 em 2018), é composto por produtos agrícolas como soja, milho, trigo, todos "in natura", prontos para a comercialização, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, sendo avaliados ao preço de mercado, considerando a data de encerramento do balanço. Já os estoques de insumos no montante de R$ 62.887 (R$ 48.674 em 2018), tem como finalidade atender a necessidade de insumos para a manutenção e colheita da safra de verão 2020/2021, e parte do plantio da safrinha de inverno 2020. Os insumos estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os contratos de compra futura no montante de R$ 63.942 (R$ 51.720 em 2018), classificados no grupo dos estoques, demonstram os montantes pagos pela Companhia na compra antecipada da safra de verão de milho e soja. Os valores estão atualizados com base no preço de compra praticado na data do fechamento do balanço e os adiantamentos a fornecedores no montante de R$ 8.231 (R$ 25.516 em 2018), são relativos aos pagamentos antecipados por meio dos contratos futuros visam dar suporte para a Companhia atender aos compromissos assumidos nos contratos de venda futura para exportação no valor de R$ 371.122 (R$ 188.112 em 2018), conforme nota explicativa 7. A administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

6. Impostos a recuperar

	2019	2018
COFINS a compensar	16.258	9.619
ICMS a recuperar	11.339	8.159
Crédifrepasseando IPI	2.857	8.867
IRRF/CSRF	2.759	1.941
PIS a compensar	2.576	2.366
Total	35.789	26.952

Com perdas pelos créditos fiscais gerados nas operações mercantis da Companhia. A recuperação vem sendo realizada no curso normal de suas atividades. De acordo com a avaliação da Administração, não há nenhum evento que possa comprometer a realização ou ocasionar perdas com relação a esses créditos.

7. Contratos de cereais - Os contratos de cereais destinam-se a reconhecer seus registros contábeis os seus "direitos" relativos aos contratos de compra e venda de produtos agrícolas, que são firmados junto a seus clientes, assim como, reconhecer a sua "obrigação" de compra perante aqueles produtores e de venda entregue aos produtores junto aqueles clientes, como resultado de eventos correntes e da variação dos preços. O reconhecimentonos registros contábeis dos "direitos" e "obrigações" contratuais visa demonstrar a política de proteção adotada pela Companhia com relação à variação de preços, taxas e moedas que estão sujeitos os contratos. Nesse caso, a necessidade de proteção está baliada no fato dos contratos de venda de cereais serem fixados em dólar, assim como, a garantia de compra, firmada pelos contratos de compra, garantem que a Companhiatenti o produto disponível para entrega a seus clientes. A conta de contratos de cereais representa a seguinte composição:

	2019 Direitos	2019 Obrigações	2018 Direitos	2018 Obrigações
Contratos de compra:				
GarantiaPreço (R$) (a)	293.335	(290.656)	168.911	(186.604)
GarantiaPreço (US$) (b)	8.980	(8.466)	19.201	(375.267)
Sub-Total	302.285	(299.816)	169.438	(187.155)
Contratos de venda:				
Mercado Interno (R$)	55.747	(53.938)	43.593	(37.588)
Mercado Interno Dólar (R$)	277.890	(275.797)	123.309	(112.293)
Mercado Externo (US$) (c)	41.370	(41.387)	42.490	(38.231)
Sub-Total	375.007	(371.122)	209.392	(188.112)
Total contratos de compra e venda	677.292	(670.938)	378.830	(375.267)
Marcação a mercado contratos	6.354		3.563	

(a) Contratos de compra - garantia de preço de cereais - R$: Tais contratos demonstram os montantes dos "direitos"e das "obrigações", das compras de cereais com garantia de preço em Reais, conforme contrato firmado entre a Companhia e seus produtores. (b)Contratos de compra - garantia de preço de cereais - US$: Tais contratos demonstram os montantes dos "direitos" e das "obrigações", referentes as compras de cereais com garantia de preço em moeda estrangeira (dólar norte-americano), conforme contrato firmado entre a Companhia e seus produtores. (c)Contratos de venda - exportação - US$: Tais contratos demonstram os montantes dos "direitos" e das "obrigações", referentes aos contratos de venda de cereais para exportação pela Companhia com Empresas exportadoras ou diretamente com os clientes no exterior.

8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	2019	2018
Lucro(prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social	20.822	(750)
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Equivalência patrimonial	(598)	(926)
Outras adições (exclusões) líquidas indedutíveis	(4.827)	(3.453)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	5.397	(5.129)
Alíquotasnominais	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social	(5.235)	1.744
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.505)	(2.811)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.270	4.555

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhiapossui o montante de R$ 33.617 de prejuízos fiscais do imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social, sobre os quais não há práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhiatenderá aos requisitos mínimos de acordo com a projeção de realização para registro de impostos diferidos ativos no montante de R$ 11.439, conforme demonstrado ao item "b" abaixo.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018
Reserva de reavaliação	1.959	2.110
Alíquota de imposto de renda e contribuição	34%	34%
Impostos diferidospassivos	(666)	(717)
Prejuízos fiscais	33.617	30.059
Alíquota de imposto de renda e contribuição	34%	34%
Impostodiferidoativos	11.439	10.220
Impostodiferidos, líquidos	10.773	9.503

9. Bens destinados à venda

	2019	2018
Terrenosmantidos para venda	124	360

10.Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	2019 Depreciação acumulada	2019 Valor líquido	2018 Valor líquido
Terrenos	-	7.097	-	7.097	11.766
Construções e edificações	4%	41.330	(10.767)	30.563	25.115
Veículos	20%	540	(419)	121	252
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	16.544	(7.410)	9.134	8.965
Equipamentos de informática	20%	2.856	(1.824)	1.032	1.322
Móveis e utensílios	10%	885	(426)	459	411
Obrasencamento	-	145.619	-	145.619	91.991
Total		214.871	(20.846)	194.025	139.822

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Construções edificações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos informática	Móveis e utensílios	Aeronaves	Obrasemandamento (*)	Total
Saldo líquido em 01/01/2018	8.583	29.059	2.248	5.297	1.430	357	1.906	77.769	126.649
Adições	-	1.968	146	2.671	-	487	-	16.040	21.312
Transferências	3.383	(4.214)	-	2.652	365	(368)	-	(1.818)	-
Baixas	(200)	-	(1.491)	-	-	(1.761)	-	-	(3.452)
Depreciação	-	(1.698)	(651)	(1.855)	(473)	(65)	(145)	-	(4.887)
Saldo líquido em 31/12/2018	11.766	25.115	252	8.965	1.322	411	-	91.991	139.822
Saldo líquido em 01/01/2019	11.766	25.115	252	8.965	1.322	411	-	91.991	139.822
Adições	635	1.636	48	2.082	285	120	-	53.739	58.545
Transferências (a)	(5.304)	5.363	-	82	(38)	-	-	(111)	-
Baixas	-	-	(93)	(31)	(55)	-	-	-	(179)
Depreciação	-	(1.551)	(86)	(1.967)	(482)	(77)	-	-	(4.163)
Saldo líquido em 31/12/2019	7.097	30.563	121	9.134	1.032	459	-	145.619	194.025

continuação...

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há algumas indicações de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houverial indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. (a)Administração verificou a necessidade de reclassificar o valor de uma filial da rubrica de "terrenos" para "construções e edificações", uma vez foram realizadas benfeitorias no imóvel desde sua aquisição. (*#)) imobilizado em andamento refere-se principalmente à construção do armazém no terminal logístico do Porto de Paranaguá, cuja conclusão está prevista para 2020.

11. Investimentos

	2019	2018
Cascavel Armazéns Gerais Ltda.	3.715	3.914
Diagro Mercosul Administração Portuária Ltda.	2.652	1.901
CAP Administração Portuária SPE S/A	516	491
Outras Participações	866	-
Total	7.749	6.306

A movimentação dos investimentos ocorreu devido a:

	Cascavel Armazéns	Diagro Mercosul	CAP	Total
Movimentação 2018	4.087	828	465	5.380
Aquisição Quotas de Capital	-	1.560	-	1.560
(-) Capital Social a Integralizar	-	(1.560)	-	(1.560)
Ajuste equivalência (alteração na participação)	-	(864)	-	(864)
Equivalência patrimonial	(173)	1.937	26	1.790
Total Investido	3.914	1.901	491	6.306

	Cascavel Armazéns	Diagro Mercosul	CAP	Outros investimentos	Total
Movimentação 2019	3.914	1.901	491	-	6.306
Aquisição Quotas de Capital	-	-	-	866	866
Ajuste equivalência (alteração na participação)	-	(21)	-	-	(21)
Equivalência patrimonial	(199)	772	25	-	598
Total Investido	3.715	2.652	516	866	7.749

Em 31/12/2019	Ativo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)	Participação
Cascavel Armazéns Gerais Ltda.	8.225	7.429	(398)	50,00%
Diagro Mercosul Administração Portuária Ltda.	11.559	5.907	2.163	35,67%
CAP Administração Portuária SPE S/A	521	521	25	99,00%

Em 31/12/2018	Ativo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)	Participação
CascavelArmazéns Gerais Ltda.	8.224	7.827	(347)	50,00%
Diagro Mercosul Administração Portuária Ltda.	11.672	2.838	2.950	65,67%
CAP Administração Portuária SPE S/A	497	497	27	99,00%

12. Arrendamentos - *Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento* - A norma IFRS 16 /CPC 06 (R2) apresenta o princípio básico de que o arrendatário deve reconhecer o direito de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contraparteà aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da contabilização contábil da Companhiaem linha com as premissas da norma vigente. Durante o ano de 2018, a Companhiaavaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção Inicial da norma IFRS 16 CPC 06 (R2). Essa avaliação consistiu: i) levantamento dos contratos; ii) abordagem de transição; iii) mensuração do impacto; iv) impacto em lucros acumulados na Data Inicial. Neste período, a Companhiarealizou um inventário dos contratos que estariam dentro do escopo, tendo em vista as seguintes premissas: i) prazo de vigência dos contratos; ii) contratos que transferem o controle ou gesto do bem no final do prazo; iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e iv) Impactos na adoção Inicial. A administração daoptou pela abordagem de transição retrospetiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a não adoção de Expedientes práticos. *Ativo de direito de uso* - A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor nominal dos contratos em escopo, acrescida a taxa de atualização projetada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial. A taxa utilizada para atualização dos contratos foi de 6,4% a.a. tendo em vista que os contratos são na sua maioria, atualizados à respectiva taxa sugerida pela Companhia, que é administração leva em consideração a referida projeção de taxa. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente do ativo de cada contrato, que possui um Intervalo de 1 a 10 anos. *Movimentação de ativo de direito de uso*

	Instalações	Veículos	Total
Adoção inicial	6.753	1.964	8.717
(-)Amortização acumulada	(2.733)	(1.964)	(4.697)
Saldo em 31/12/2019	4.020	-	4.020

Passivos de arrendamento - Dos contratos que foram escopo da norma, a Administraçãoconsiderou como componente de aluguéis somente o valor do arrendamento para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais o contrato foi considerado como sendo a política interna da Companhia

NOTAS EXPLICATIVA - *CONTINUAÇÃO*

próprios bens financados. j)NCE - Nota de Crédito à Exportação - Tem como objetivo alongar o perfil da dívida da Companhia, em moeda nacional, utilizando como lastro as exportações. Representam um compromisso de pagamento em dinheiro, por emissão de títulos de crédito vinculados aos produtos de exportação. O principal vincendo dessa modalidade foi obtido junto ao Banco do Brasil. A correção é feita a taxa média de 100% do CDI acrescido de uma taxa pré-fixada de 3,2% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2021	100.071
2022	35.700
2023	10.247
Após 2023	45.421
Total	191.439

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"), sendo suas principais cláusulas descritas abaixo: • A Companhiadeve estar enquadrada em um índice de aliena circulante/passivo circulante a 1,0 • A Companhiadeve estar enquadrada em um índice de EBITDA / despesa financeira líquida igual ou maior que 2 vezes. • A Companhiadeve estar enquadrada em um índice de dívida líquida (excluindo contas de capital de giro)/EBITDA igual ou menor que 4 vezes. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu todos os "covenants". Abaixo segue movimentação dos empréstimos:

	2019	2018
No início do exercício	277.859	277.109
Captações	293.770	235.882
Juros incorridos	58.040	1.852
Amortizações de juros	(25.992)	(42.805)
Amortização de principal	(233.358)	(190.475)
No final doexercício	370.319	277.859

15. Adiantamento de clientes - A conta de adiantamentos de clientes, no montante de R$56.954 (R$56.623 em 2018) demonstra os valores de operações de venda de insumos agrícolas para entrega futura, cujas operações se realizarão no exercício de 2020, observando que, parte do produto já se encontriva disponível no estoque da Companhia, na rubrica de insumos agrícolas.

16. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por R$30.000 (R$30.000 em 2018), dividido em 30.000.000 ações de R$1,00 cada uma, totalmente integralizadas, assim distribuídos:

	Ações	%	Valor
A A Cavalca Adm de Bens próprios e Participações Ltda	29.700.000	99%	29.700
Alcides Cavalca Neto	300.000	1%	300
Total	30.000.000	100%	30.000

b) Reserva de lucros - A Companhia não efetuou distribuição de lucros aos acionistas durante os exercícios de 2019 e 2018. O Estatuto Social da Companhia define que os lucros deverão ser distribuídos, inclusive de forma desproporcional ao percentual de capital social, desde que com a concordância de todos os acionistas. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedadespor Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Administração irá solicitar aos acionistas na próxima assembleia a destinação da reserva de lucro para enquadramento.

17. Partes relacionadas - a) Contratos de mútuo ativo, com partes relacionadas: Contempla os valores concedidos a título de empréstimo na forma de mútuo, classificado no ativo não circulante, como segue:

	2019	2018
Diagro Mercosul Administração Portuária Ltda.	4.169	7.532
Eduardo Zagonel Machado	409	381
Alcides Cavalca Neto	301	257
Rafaela Cavalca	70	62
A.A Cavalca Adm. Bens Próprios e Participações Ltda.	-	200
AgropecuáriaCavalca Ltda.	-	1.777
Total	4.949	10.209

Os empréstimos concedidos estão atualizados até 31 de dezembro de 2019, às taxas de 0,6% a 1,5% ao mês, conforme pactuado em contrato. Representam os valores a receber, das partes relacionadas: Contempla os valores concedidos a título de empréstimo na forma de mútuo, classificado no Passivo não circulante, como segue:

	2019	2018
Everest Indústria de Alimentos Ltda.	3.195	3.154

Os empréstimos concedidos estão atualizados até 31 de dezembro de 2019, às taxas de 1,0% a 1,15% ao mês, conforme pactuado em contrato. c)Resultado apurado nas transações operacionais com partes relacionadas - As operações realizadas com partes relacionadas decorrem da atividade normal de comercialização de insumos (fertilizantes, sementes e outras), as quais geraram os seguintes valores nas contas patrimoniais e de resultado:

	Receitas Operacionais		Custos Operacionais	
	2019	2018	2019	2018
Agropecuária Cavalca Ltda.	2.142	-	1.714	-
CascavelArmazéns Gerais Ltda.	54	-	16	-
Total	2.196	-	1.730	-

	Compras	
	2019	2018
Agropecuária Cavalca Ltda.	-	6.352
CascavelArmazéns Gerais Ltda.	1.920	2.060
Total	1.920	8.412

O efeito dos juros é:

	2019	2018
Receitas de juros com contratos de mútuo	341	824

Contas a receber decorrentes de vendas de bens destinados à venda

	2019	2018
Planta EmpreendimentosImobiliários Ltda.	3.207	3.207

Contempla o valor a receber decorrente da venda de bens destinados à venda, sem cobrança de encargos. Este valor está registrado dentro da rubrica "Contas a receber" no ativo circulante e foi realizado a preço de custo. d)Remuneração e Benefícios da Administração - A remuneração da administração ser fixada pelos administradores e acionistas de acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Em 2019 e 2018 não houve remuneração para administração e para diretoria. A remuneração anual da administração contempla benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS). A Companhiainda possui remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

18.Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - A Companhia não possui processos ou autuações fiscais, cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Há também outros processos ou autuações que ocorreram no curso normal dos negócios, onde a Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível. O valor estimado para a ocorrência de eventual perda em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R$4.867 (R$4.867 em 2018). Composição das contingências possíveis:

	2019	2018
Cíveis (*)	4.867	4.867
Total	4.867	4.867

(*)Contemplam 12 ações (12 ações em 2018) referentes a processos de danos morais e rescisão contratual na sua maioria decorrente de contratos junto aos produtores.

19. Receita líquida de venda - Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultados do exercício:

	2019	2018
Receita operacional Bruta:	1.607.957	1.606.670
Impostos sobrevendas	(4.935)	(3.203)
Devoluções de produtos (a)	(230.837)	(35.082)
Total da receita operacional líquida	1.482.185	1.568.385

(a) Em 2019 a Companhia apresentou uma devolução no montante de R$ 120.837 (R$ 35.082 em 2018), tais devoluções se fizeram necessários devido adaptação à nova DU-E (Declaração Única de Exportação), em que foram necessários emissão de notas de devolução e novos faturamentos. A nova DU-E veio automatizar as informações no processo de exportação no Brasil. A Moinho Iguaçu já se adequou ao novo procedimento.

20. Custos e despesas por natureza - A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Produtos para revenda	1.385.703	1.481.770
Despesa com Pessoal	27.726	27.478
Ocupação	9.550	10.320
Serviços com terceiros	5.330	5.561
Depreciação e amortização	8.213	5.016
Fretes	9.646	5.548
Impostos e taxas	380	570
Outros	(604)	4.245
Total	1.445.944	1.540.508

Total Classificados como:

	2019	2018
Custos das mercadoriasvendidas	1.393.916	1.486.560
Despesas comerciais	31.703	33.508
Despesas gerais e administrativas	20.325	20.440
Total	1.445.944	1.540.508

21. Resultado Financeiro

	2019	2018
Jurosrecebidos	5.442	4.549
Rendimento de aplicações financeiras	3.259	3.601
Descontosobtidos	1.182	2.368
Total	9.883	11.218

	2019	2018
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.190)	(14.347)
Descontosconcedidos	(3.878)	(4.665)
Outras despesas financeiras	(5.728)	(5.289)
Total	(21.796)	(24.301)

	2019	2018
Variação cambial líquida	(6.459)	(19.095)

22. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia possui seguro para cobertura de sinistros do tipo incêndio, danos elétricos, vendaval e roubo, sendo a cobertura para seguintes unidades ou bens:

Unidade	Validade	Seguradora	Limite máximo de indenização
Red.BR 467, KM 109,3 - Predio 1, Jd. Canada - Cascavel - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	2.500
Rua Goiás, 2181, Medianeira - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	15.800
Rod. BR 277 KM 694 São Miguel do Iguaçu - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	15.200
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1315, Itapiúlândia - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	6.710
Rod BR 277, KM 599 - Cascavel - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	3.000
Travessa Limeira, 148 - Progresso - Quedas do Iguaçu - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	2.682
Rodovia BR 169, KM 501 - Pq. Industrial, Cortelia - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	17.259
Rodovia BR 58, KM 3 - Zona Rural - São Pedro do Iguaçu-PR	10/01/2021	Sompo Seguros	4.607
Est. OT 206 Km 3,5 Linha Gaze do Deste - Toledo - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	17.950
Red. BR 467, km 109,3 - Prédio II - Jd. Canada - Cascavel-PR	10/01/2021	Sompo Seguros	24.500
Red. BR 467, km 109,3 - Prédio II - Semeatrico - Cascavel - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	9.800
Est. Sta. Helena Medianeira km 15 - s/nº - Sta. Helena - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	2.100
Red. PR 488, Km 13, s/nº - Zona Rural - Vera Cruz - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	100
Red. BR 277, km 521,5 Zona Rural Guaraniaçu - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	120
Red. PR 581 36+ LOTE 145 A SL 2 - s/nº - Tupassi - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	380
Red. PR 281 - km 557,7 - s/nº - Sta.Maria do Oeste - Dois Vizinhos - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	1.600
Red. BR 277 - km 648 - s/nº - Cntr. Azul - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	7.500
Rua estrada ibira Rural 1 (BR277, Km 599) Cascavel-PR	10/01/2021	Sompo Seguros	17.800
Est Tres Fazendas - s/nº - Santa Terezinha de Itaipu - PR	10/01/2021	Sompo Seguros	4.000
Total			155.408

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23.Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - A Companhia possuios instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de cereais e marcação a mercado de derivativos. O valor desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, geralmente se aproxima do valor de mercado devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação. Ativos financeiros - Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial refletem ainda do valor de mercado em virtude do grau de liquidez desses instrumentos. Contas a receber - classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Os montantes apresentados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos. **Zagonel Financeiro** - Fornecedores - são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo. Empréstimos e financiamentos - classificados como custo amortizado de passivos financeiros. A Companhia não adota a opção de mensurá-los subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. Os montantes apresentados no balanço patrimonial aproximam-se de seus valores justos. Ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que tenham caráter especulativo e ou Gerenciamento de riscos - Taxas de juros - A exposição à taxa de juros se refere às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia com vencimento prazo e juros pós-fixados e/ou indexados pela taxa Libor, TILP ou CDI. A Companhia avalia que os impactos das variações das taxas de juros como não relevantes com o crescimento do negócio, principalmente o aumento das vendas de insumos agrícolas. Com o objetivo de melhorar sua gestão minimizando os custos de serviço da dívida e eliminando as receitas das aplicações financeiras, a Companhia iniciou o monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas. Estas operações se caracterizam basicamente por contratos de troca de taxas, onde se alterna a taxa pós-fixada por pré-fixada, ou vice-versa. A Companhia tem seu risco de juros conforme demonstrado abaixo:

Indexadores	2019 Total	2019 Percentual	2018 Total	2018 Percentual
POS	169.502	46%	94.266	34%
PRE	102.707	28%	79.380	29%
USS POS	22.223	6%	30.998	11%
USS PRE	75.887	21%	73.215	26%
Total	370.319	100%	277.859	100%

Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir demonstra em dólares o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais.

	Taxas de efetiva média ponderada	Até meses a um ano R$	De dois a cinco anos R$	Mais de cinco anos R$	Total R$
CCE - Cédula de Crédito à exportação	8,64%	52.721	66.600	-	119.321
ACC - Linhas de exportação	7,16%	75.887	-	-	75.887
PPE - Pré-pagamento de exportação	9,04%	22.223	-	-	22.223
Finame	6,40%	625	205	-	830
BNDES Indireto	6,00%	4.730	18.488	20.028	43.246
Capital de Giro	12,00%	3.394	-	-	3.394
CCB - Cédula de crédito bancário	9,88%	12.677	34.435	-	47.112
CRA - Certificado Recebíveis Agronegócio	8,05%	5.023	14.513	-	19.536
NCE - Nota de Crédito à Exportação	7,74%	127	14.600	-	14.727
"Leasing"	10,74%	1.473	7.625	14.945	24.043
Total		178.880	156.466	34.973	370.319

Gestão de capital - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios e proporcionar benefícios aos acionistas e demais interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2019 estão abaixo apresentados:

Indicadores de Gestão de Capital	2019	2018
Dívidas de curtoprazo	178.880	110.769
Dívida de longoprazo	191.439	167.090
Total da Dívida	370.319	277.859
(-) Caixa e aplicações	(75.815)	(84.072)
(=) Endividamento Líquido	294.504	193.787
Patrimônio Líquido	55.042	50.455
Índice de Endividamento	5,35	4,91

Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos,depósitos em bancos e instituições financeiras e de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras o risco de crédito é monitorado pela administração levando em conta informações de mercado sobre a solvência e o rating atribuído as instituições financeiras e somente são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha, o que torna o risco de crédito destas entidades muito baixo. O risco de crédito de clientes é monitorado levando em consideração os limites de risco individuais, os quais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. Além dos aspectos cadastrais envolvendo instituições financeiras e clientes, a Companhia considera em seu processo de avaliação de risco de crédito fatores específicos que possam afetar a capacidade de seus clientes de honrar seus compromissos financeiros. Como parte da consideração de risco de crédito, os montantes a receber de clientes são classificados de acordo com as características de risco que possam afetar a capacidade de pagamento dos clientes, incluindo informações específicas de fatores econômicos que possam afetar a capacidade de seus clientes de honrar os valores devidos à Companhia. Os montantes apresentados no balanço patrimonial são líquidos de provisões para perdas estimadas, calculadas com base em experiência histórica e em avaliação específica da Companhia. Os montantes a receber de clientes são baixados contra a respectiva provisão quando a Companhia avalia que não há chance de recuperação futura do montante devido. Os montantes adicionais de provisão para perdas estimadas são registrados em contrapartida à conta de resultado do exercício. Os montantes apresentados no balanço patrimonial refletem a exposição máxima ao risco de crédito. Risco de câmbio - Os montantes a receber e a pagar em moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019. Para fins de análise de sensibilidade adotou-se o cenário mais provável divulgado pelo mercado refletido as cotações do BACEN (Banco Central do Brasil) na data de fechamento. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Taxa 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019 US$	Taxa	Provável (Bacen) R$ ganho (perda)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4,03	126	4,08	6
Contratos de cereais	4,03	(8.035)	4,08	(402)
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	4,03	(27.992)	4,08	(1.400)
				(1.796)
Operações com derivativos				
NDF (posiçãocomprada)	4,03	22.900	4,08	1.145
NDF (posiçãovendida)	-	-	-	-
				1.145
Efeito Líquido no Resultado				(651)

(ii)Exposição à variação do preço das "commodities"

A Companhia possui saldos atrelados a cotação dos valores das "commodities" no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade de cotações vigentes em datas próximas a data da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário 1 estas cotações foram aumentadas em 25% e para o cenário II foram reduzidas em 25%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação do preço das "commodities" no resultado futuro:

	Saldo em 2019 Cotação (*)	R$	Cenário I Cotação	R$ ganho (perda)	Cenário II Cotação	R$ ganho (perda)
Soja	(18.095)	80,26	100,33	(4.525)	60,20	4.525
Milho	13.829	37,73	47,16	3.456	28,03	(3.456)
Trigo	7.164	47,28	59,10	1.791	35,46	(1.791)
Efeito líquido no resultado				(723)		(723)

(*)Cotação média do mercado com base na região de comercialização do produto.

(iii)Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros - Análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 25% é utilizado para avaliar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício em 31 de dezembro de 2019 aumentaria R$723 (aumento de R$3.021 em 2018). Isso ocorre principalmente devido a exposição do grupo às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas. Se as taxas de juros fossem 25% mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício em 31 de dezembro de 2019 reduziria R$723 (aumento de R$3.021 em 2018). Isso ocorre principalmente devido a exposição do grupo às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas. c)Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir: •O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos monetários leva em consideração sua natureza, os prazos e os riscos. O valor justo se aproxima do valor contábil. • Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado é calculado e analisado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissões com vencimentos e termos similares. •O valor justo dos demais passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado, quando aplicável, com base nos preços observados nesses mercados. • O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. • Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos e vencimentos dos contratos. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial - A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: Mensurações de valor justo de Nível 1, são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de Nível 2, são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (com base em preços); e Mensurações de valor justo de Nível 3, são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base de dados observáveis de mercado.

Ativos e PassivosFinanceiros	Nível	2019	2018
Valor justo através do resultado			
Contratos de Cereais	1	6.354	3.563
Marcação a mercado de derivativos	2	(2.792)	(5.314)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Moinho Iguaçu Agroindustrial S.A. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras do Moinho Iguaçu Agroindustrial S.A. (a"Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Moinho Iguaçu Agroindustrial S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes constantes no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de apresentação das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam razoavelmente influenciar a perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 20 de maço de 2020. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5. Adriano Machado - Contador CRC 1PR042584/O-7.

DIRETORIA

Alcides Cavalca Neto
Diretor Presidente

Ernesto Cavasin
Diretor Financeiro – CFO

Edivaldo Lubave Dudek
Contador CRC/PR 003038/O8

FMI prevê queda de 5,3% da economia brasileira este ano

Devido aos efeitos da pandemia de covid-19, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta queda de 5,3% da economia brasileira este ano. A previsão para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi publicada na terça-feira (14) pelo FMI no relatório Perspectiva Econômica Mundial (World Economic Outlook, no título em inglês).

No relatório divulgado em janeiro, antes dos efeitos da pandemia de covid-19 na economia brasileira, a previsão do FMI era que a economia brasileira cresceria 2,2% neste ano.

Para 2021, a previsão é de recuperação, com crescimento do PIB em 2,9%. A estimativa anterior para o próximo ano era 2,3%.

A previsão para América Latina e Caribe é de queda de 5,2% da economia, neste ano, e crescimento de 3,4%, em 2021.

"Entre os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento, todos os países enfrentam uma crise de saúde, um severo choque de demanda externa, um aperto dramático nas condições financeiras globais e uma queda nos preços das commodities, que terão forte impacto na atividade econômica dos exportadores de commodities", diz o relatório.

A economia mundial deve apresentar queda de 3%, em 2020, e crescer 5,8% no próximo ano. Em janeiro, o FMI previa que a economia mundial cresceria 3,3% este ano. O FMI destaca que "foi uma revisão extraordinária em um período tão curto de tempo".

As economias avançadas, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, entre outros, devem ter queda de 6,1% no PIB, neste ano, e crescer 4,5% em 2021.

O FMI destacou que políticas eficazes são essenciais para prevenir resultados piores. "As medidas necessárias para reduzir o contágio e proteger vidas afetarão a curto prazo a atividade econômica, mas também devem ser vistas como um investimento importante na saúde humana e econômica a longo prazo. A prioridade imediata é conter as consequências do surto de covid-19, especialmente aumentando as despesas com saúde para fortalecer a capacidade e os recursos do setor, adotando medidas que reduzam o contágio", diz o FMI. (Agencia Brasil)

Caminhoneiros recebem kit alimentação no Porto de Paranaguá

Os caminhoneiros que descarregam grãos no Porto de Paranaguá recebem a partir desta terça-feira (14) um kit alimentação. A iniciativa do Governo do Estado é uma forma de ajudar os motoristas, que enfrentam dificuldades em encontrar restaurantes abertos devido à pandemia do coronavírus. Serão distribuídos 55 mil kits, com arroz, feijão, óleo e ovos.

A previsão é atender 2 mil caminhoneiros por dia no Pátio de Triagem da Portos do Paraná. "Muitos motoristas reclamavam de não encontrar comida durante a viagem e de ter dificuldade em se alimentar na estrada. Então, pensamos em uma forma de ajudar estes profissionais, que são essenciais para a atividade portuária. Durante o período que esperam no nosso pátio, os caminhoneiros podem cozinhar no próprio caminhão, evitando aglomerações", destaca o diretor-presidente da empresa pública, Luiz Fernando Garcia.

Segundo ele, as operações nos portos de Paranaguá e Antonina seguem normais, sem atrasos ou cancelamentos de embarques e desembarques. "Os portos do mundo todo seguem funcionando e não tivemos grandes impactos na navegação. Mas é preciso pensar em toda cadeia logística, porque a carga que exportamos chega pela rodovia ou ferrovia.", completa.

Além do cuidado com a alimentação, a Portos do Paraná montou uma estrutura especial para monitorar a saúde dos motoristas. São médicos, enfermeiros e auxiliares que atendem 24 horas. Todos os caminhoneiros que chegam ao Pátio de Triagem têm a temperatura aferida e, no caso de apresentar febre ou sintomas compatíveis com a Covid-19, recebem atendimento gratuito e especializado.

Empresas e sindicatos também ajudam os motoristas que passam por Paranaguá. Lanches são oferecidos em uma ação que reuniu a Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (Atexp), Associação dos Operadores Portuários do Corredor de Exportação (Aocep), AGTL, Bunge, Cargill, CentroSul, Cimbessul, Coamo, Cotriguaçu, Interalli, Louis Dreyfus, Pasa e Rocha. A entrega está programada até 30 de abril.

Nos dias 8 e 9, o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) distribuíram 1,5 mil kits com lanches e itens de higiene, com luvas, máscara, papel higiênico, sabonete, álcool em gel e líquido.

Equipes também orientaram os caminhoneiros sobre formas de higienização dos veículos. "O objetivo principal é dar suporte aos trabalhadores do transporte que precisam continuar atuando neste momento de crise para garantir o abastecimento do País.", afirma Vander Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte e dos conselhos nacionais do Sest e do Senat.

Com as exportações de soja em alta, o Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá registrou número recorde de caminhões recebidos em um único dia, no final de março, com 2,4 mil veículos. Em 2020, de janeiro até a esta segunda-feira (13), 141.143 caminhões passaram pelo pátio. (AENPR)

Paraná soma 803 casos de coronavírus e 37 óbitos

O boletim divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde na terça-feira (14) aponta 35 novos casos de coronavírus e mais quatro óbitos. O Paraná soma agora 803 casos confirmados e 37 mortes por Covid-19.

Os novos óbitos foram registrados nos municípios de Paranavaí (uma mulher de 40 anos); Pinhais (uma mulher de 64 anos); Curitiba (um homem de 80 anos) e Guaíra (um homem

ÁQUILLA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 09.438.783/0001-88

Relatório da Administração 31 de Dezembro de 2019 (Em reais - R$)

Srs. Acionistas, Em cumprimento as determinações legais, submetemos a apreciação de Vossas, o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Áquilla Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31/12/2019, bem como o Relatórios dos Auditores Independentes. A Companhia encontra-se em fase operacional com seu registro de companhia de capital aberto junto a Comissão de Valores mobiliários (CVM) deferido sob nº 21512. As demonstrações contábeis levantadas em 31/12/2019, tem por finalidade indicar a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o prejuízo líquido do exercício de R$ 359.450. Por fim informamos que a com-

Balanço Patrimonial em 31/12/2019 e 2018 (Em reais - R$)

Ativo/Circulante	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	59.738	54.865
Impostos a recuperar	5	10.491	10.491
Créditos de Créditos Imobiliários - CCI's	6/10	1.102.225	1.142.037
Outros créditos		19.577	9.583
		1.411.031	**1.342.571**
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos de Créditos Imobiliários - CCI's	6/10	-	1.269.840
		-	**1.269.840**
Imobilizado	7	-	1.050
Intangível	8	4.547	5.511
		4.547	**6.561**
		4.547	**1.276.401**
Total do Ativo		**1.415.578**	**15.658.972**

Passivo/Circulante	Nota	2019	2018
Fornecedores		3.969	3.689
Certificados de Recebíveis Imobiliários-CR'S 69		1.269.355	14.012.231
Obrigações a pagar		10.000	10.000
Obrigações tributárias	13	12.384	17.429
Parcelamentos a pagar	12	31.786	32.950
		1.326.494	**14.076.299**
Não Circulante			
Certificados de Recebíveis Imobiliários-CR'S 69		-	1.239.248
Prejuízo antes do resultado financeiro		6.333	-
Parcelamentos a pagar	12	184.761	128.841
		191.094	**1.368.089**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	1.102.000	1.102.000
Prejuízos acumulados		(1.268.412)	(908.962)
		(166.412)	**193.038**
		24.682	**1.561.127**
Total do Passivo		**1.415.578**	**15.658.972**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2019 e 2018 (Em reais - R$)

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	**1.102.000**	**(788.917)**	**313.083**
Prejuízo líquido do exercício	-	(120.045)	(120.045)
Saldo em 31/12/2018	**1.102.000**	**(908.962)**	**193.038**
Lucro líquido do exercício	-	(359.450)	(359.450)
Saldo em 31/12/2019	**1.102.000**	**(1.268.412)**	**(166.412)**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis Em 31/12/2019 e 2018 (Em reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Áquilla Securitizadora S.A. ("Companhia") foi constituída em 14/01/2008. Em 22/02/2010 a Companhia entrou em fase operacional tendo como objeto social: a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários, bem como a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários-CR'S, ou qualquer outro título de crédito, que seja compatível com as suas atividades, nos termos da Lei 9.514/97 e outras disposições legais aplicáveis; b) a realização de serviços e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de outros títulos de crédito; c) a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Certificados de Recebíveis de Agronegócio-CRA's. A Companhia fez sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliário-CRI's de 1ª serie, em 22/02/2010. A referida emissão está lastreada em créditos imobiliários de contratos de locações celebrados com diversos locatários. Os referidos créditos, representados por uma CCI, foram cedidos para lastrar a Companhia através de contrato de cessão de créditos. Esta 1ª emissão foi submetida à análise da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, que em vista das características de emissão e colocação dos CRI's, deferiram o seu registro conforme Ofício CVM/SER/GER-1 nº 68/2010. Independente do ato da CVM os CRI's são registrados na CETIP. A Companhia apresentou no exercício findo em 31/12/2019 prejuízo no montante de R$ 359.450 (2018-R$ 120.045) e prejuízos acumulados no montante de R$ 1.268.412 (2018-R$ 908.962), além de apresentar patrimônio líquido negativo de R$ 166.412 em 31/12/2019. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As presentes Demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A aprovação das Demonstrações contábeis ocorreu na reunião da diretoria realizada em 14/02/2020. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As presentes Demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das Demonstrações contábeis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A administração analisa periodicamente os créditos em carteira e para a data base não indicou a necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos. **c. Imobilizado e intangível:** O imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. O valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível, no mínimo anualmente, para verificação de indicadores de perda de valor (impairment). **d. Instrumentos financeiros:** Direitos creditórios de ativos gerados pela securitização de seus compromissos de cessão e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. O instrumento financeiro está

CRI's	Data de Início	Data de Término
1ª Emissão da 1ª Série	10/02/2010	10/01/2030

Atualmente, não há qualquer evidência de incerteza quanto a capacidade em atender o montante legível dos CRI's. **10. Instrumentos Financeiros:** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão classificadas conforme demonstrado:

	2019	2018
Créditos de Crédito Imobiliário-CCI's		
Ativo circulante	1.321.225	14.307.737
Ativo não Circulante	-	1.269.840
	1.321.225	**15.577.577**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI's		
Passivo circulante	1.269.355	14.012.331
Passivo não circulante	-	1.239.248
	1.269.355	**15.251.579**

11. Riscos: a. Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por não receber os valores devidos em decorrência de inadimplência de suas contrapartes ou de emissores de títulos e valores mobiliários, incluindo operações compromissadas e de recompra, e de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota uma política e analisa das situações financeiras e patrimonial de suas contraparte. **b. Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas devido a flutuações nas taxas de juros e inflação. Para mitigar esses riscos, a Companhia mantém o seu caixa e seus investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Investimentos Imobiliários e a Companhia mantém em fase operacional com seu registro de companhia de capital aberto junto a Comissão de Valores mobiliários (CVM) deferido sob nº 21512. **c. Risco de liquidez:** Decorre da possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido a um descasamento entre os fluxos de pagamentos e recebimentos, que pode ocorrer em função de prazos, moedas e volumes de recebimentos e pagamentos. Para mitigar esses riscos, a Companhia mantém em caixa e em fase operacional com seu registro de companhia de capital aberto junto a Comissão de Valores mobiliários (CVM) deferido sob nº 21512. **12. Parcelamentos:** Em 31/12/2019 e 2018 a Companhia possuía o seguinte saldo de parcelamentos:

Descrição	2019	2018
Parcelamento-PIS/COFINS-nº 00002017370787	12.952	12.952
Parcelamento CVM - nº 5.071.000461/19-18	18.794	-
Circulante	**31.746**	**12.952**
Parcelamento-PIS/COFINS-nº 00002017370787	115.849	128.841
Parcelamento CVM-nº 5.071.000461/19-18	68.912	-
Não circulante	**184.761**	**128.841**

13. Obrigações tributárias e impostos a recolher: Grupo de impostos e obrigações tributárias concentra tributos a recolher, como segue:

Descrição:	2019	2018
IRPJ a recolher	29.925	28.805
Contribuição social a recolher	23.479	22.599
	53.402	**51.404**
COFINS a recolher	9.202	11.254
PIS a recolher	836	874
ISSQN retido de terceiros a recolher	390	1.250
PIS, COFINS e CSLL retido de terceiros a recolher	1.641	3.648
ISS retido de terceiros a recolher	314	314
	12.383	**17.340**
	65.785	**68.833**

Trata-se de impostos apurados no período de 2013 a outro 2018 não recolhidos. Os impostos estão sendo pagos em parcelas mensais e vencem a data de 31/12/2019. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31/12/2019 as bases para o imposto de renda e contribuição social estavam assim apresentadas:

Descrição:	Imposto Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes dos efeitos tributários	**(359.450)**	**(359.450)**
Adições:		
Provisão de atualização monetária	8.853	8.853
	8.853	8.853
Exclusões:		
Provisão de atualização monetária	(1.053)	(1.053)
	(1.052)	(1.053)
Prejuízo fiscal / base negativa		
de Contribuição Social	**(351.650)**	**(351.650)**

15. Patrimônio a Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.102.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito de receber dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. **16. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** Existem processos classificados como prováveis e/ou passíveis de realização. Com relação as obrigações legais, fiscais e previdenciárias, a Companhia não está constituída provisão para eventuais contingências de tributos e contribuições a recolher registrados. A Instituição possui algumas causas trabalhistas que, segundo assessores jurídicos, possuem possíveis chances de ganho e perda. Em 31/12/2019, retém em caixa o que a empresa não tal e nunca foi parte do grupo economico objeto de recolamação por parte dos reclamantes. Em 31/12/2019, o montante desas contingências possiveis de naturezas trabalhistas é composto por:

Descrição:	2019	2018
Contingências trabalhistas	3.570.239	995.567
	3.570.239	**995.567**

17.Receita operacional líquida:

Descrição:	2019	2018
Receitas de intermediação financeira	1.754.068	3.436.355
Despesas de intermediação financeira	(1.653.806)	(3.223.322)
Receita bruta	**100.262**	**213.071**
Impostos incidentes sobre a receita bruta	(4.662)	(9.968)
Receita líquida	**95.600**	**203.163**
18. Serviços Prestados por Terceiros:		
Descrição:	**2019**	**2018**
Honorários contábeis	47.071	44.262
Honorários de auditoria	64.792	60.968
Honorários de advocacia empresarial	59.961	57.862
Honorários corretagem	20.000	20.000
Serviços de publicidade	25.254	23.845
Honorários advocatícios	33.520	28.426
	250.598	**235.363**

19. Resultados Financeiros:

Descrição:	2019	2018
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre Aplicação Financeira	447	474
Outras receitas financeiras	1.053	-
Ganho com Recebimentos de Créditos	3.775	17.699
	5.275	**18.173**
Outras despesas operacionais:		
Despesas com Taxas	2.019	2.018
Despesas com taxas	69.062	67.519
Despesas tributárias	115.832	20.237
Outras	15.484	3.407
	200.398	**91.163**

21. Instrumentos Financeiros Derivativos: No decorrer do período findo em 31/12/2019 e exercício findo em dezembro de 2018, a Companhia não teve operações com instrumentos financeiros derivativos. **22. Outras informações:** a. Os investidores qualificados por hipoteca e objetos da securitização de recebíveis estão segurados e atendem aos termos especificados pela companhia seguradora. **b.** Atualmente a Companhia possui apenas um imóvel, avaliado a moeda interagrativa e portanto, não tem equipaço operacional.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da **Áquilla Securitizadora S.A.** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Áquilla Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Áquilla Securitizadora S.A., em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de março de 2020.

A Administração

Demonstrações do Resultado em 31/12/2019 e 2018 (Em reais - R$)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de intermediação financeira	17	95.600	203.163
Lucro bruto		**95.600**	**203.163**
Receitas/ Despesas) operacionais			
Benefícios a funcionários		-	-
Serviços de terceiros	18	(250.598)	(235.363)
Despesas tributárias		(2.019)	(2.018)
Perda de créditos com empresas ligadas		-	(2.152)
Outras despesas operacionais	20	(200.898)	(91.163)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(357.919)**	**(129.577)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	5.375	18.173
Despesas financeiras	19	(6.906)	(8.241)
		(1.631)	**9.932**
Prejuízo do exercício		**(359.450)**	**(120.045)**
Prejuízo básico por ação - R$		**(0,3262)**	**(0,1089)**
Quantidade de ações ao final do exercício	15	**1.102.000**	**1.102.000**

2010 a julho de 2013 no valor principal de R$ 131.856,91, acrescidos de juros e multa de mora, conforme demonstrativo de débito e cálculo atualizado para o parcelamento especial de regularização tributária - lei 13.496/2017, artigo 3, inciso I, alíneas a e b. Os efeitos desta migração foram reconhecidos no resultado do mês de outubro de 2017. Em 10/06/2019 foi requerido adesão ao benefício do parcelamento, sendo regulado pela Portaria PGF nº 419, de 10/07/2013. O parcelamento consiste na quitação da dívida com CVM - Multa Cominatória no valor principal de R$ 93.970,37, acrescidos de juros, multa e encargos. A composição dos parcelamentos é apresentada a seguir:

Descrição:	2019	2018
Parcelamento-PIS/COFINS-nº 00002017370787	12.952	12.952
Parcelamento CVM - nº 5.071.000461/19-18	18.794	-
Circulante	**31.746**	**12.952**
Parcelamento-PIS/COFINS-nº 00002017370787	115.849	128.841
Parcelamento CVM-nº 5.071.000461/19-18	68.912	-
Não circulante	**184.761**	**128.841**

13. Obrigações tributárias e impostos a recolher: Grupo de impostos e obrigações tributárias concentra tributos a recolher, como segue:

Descrição:	2019	2018
IRPJ a recolher	29.925	28.805
Contribuição social a recolher	23.479	22.599
	53.402	**51.404**
COFINS a recolher	9.202	11.254
PIS a recolher	836	874
ISSQN retido de terceiros a recolher	390	1.250
PIS, COFINS e CSLL retido de terceiros a recolher	1.641	3.648
ISS retido de terceiros a recolher	314	314
	12.383	**17.340**
	65.785	**68.833**

Trata-se de impostos apurados no período de 2013 a outro 2018 não recolhidos. Os impostos estão sendo pagos em parcelas mensais e vencem a data de 31/12/2019. **14. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31/12/2019 as bases para o imposto de renda e contribuição social estavam assim apresentadas:

Descrição:	Imposto Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes dos efeitos tributários	**(359.450)**	**(359.450)**
Adições:		
Provisão de atualização monetária	8.853	8.853
	8.853	8.853
Exclusões:		
Provisão de atualização monetária	(1.053)	(1.053)
	(1.052)	(1.053)
Prejuízo fiscal / base negativa		
de Contribuição Social	**(351.650)**	**(351.650)**

15. Patrimônio a Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.102.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito de receber dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. **16. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** Existem processos classificados como prováveis e/ou passíveis de realização. Com relação as obrigações legais, fiscais e previdenciárias, a Companhia não está constituída provisão para eventuais contingências de tributos e contribuições a recolher registrados. A Instituição possui algumas causas trabalhistas que, segundo assessores jurídicos, possuem possíveis chances de ganho e perda. Em 31/12/2019, retém em caixa o que a empresa não tal e nunca foi parte do grupo economico objeto de recolamação por parte dos reclamantes. Em 31/12/2019, o montante desas contingências possiveis de naturezas trabalhistas é composto por:

Descrição:	2019	2018
Contingências trabalhistas	3.570.239	995.567
	3.570.239	**995.567**

17.Receita operacional líquida:

Descrição:	2019	2018
Receitas de intermediação financeira	1.754.068	3.436.355
Despesas de intermediação financeira	(1.653.806)	(3.223.322)
Receita bruta	**100.262**	**213.071**
Impostos incidentes sobre a receita bruta	(4.662)	(9.968)
Receita líquida	**95.600**	**203.163**
18. Serviços Prestados por Terceiros:		
Descrição:	**2019**	**2018**
Honorários contábeis	47.071	44.262
Honorários de auditoria	64.792	60.968
Honorários de advocacia empresarial	59.961	57.862
Honorários corretagem	20.000	20.000
Serviços de publicidade	25.254	23.845
Honorários advocatícios	33.520	28.426
	250.598	**235.363**

19. Resultados Financeiros:

Descrição:	2019	2018
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre Aplicação Financeira	447	474
Outras receitas financeiras	1.053	-
Ganho com Recebimentos de Créditos	3.775	17.699
	5.275	**18.173**
Outras despesas operacionais:		
Despesas com Taxas	2.019	2.018
Despesas com taxas	69.062	67.519
Despesas tributárias	115.832	20.237
Outras	15.484	3.407
	200.898	**91.163**

21. Instrumentos Financeiros Derivativos: No decorrer do período findo em 31/12/2019 e exercício findo em dezembro de 2018, a Companhia não teve operações com instrumentos financeiros derivativos. **22. Outras informações:** a. Os investidores qualificados por hipoteca e objetos da securitização de recebíveis estão segurados e atendem aos termos especificados pela companhia seguradora. **b.** Atualmente a Companhia possui apenas um imóvel, avaliado a moeda interagrativa e portanto, não tem equipaço operacional.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 05 de março de 2020.

Confiance Auditores Independentes-CRC 2SP022750/O-8;

Jose Julio de Sousa Pereira-Contador CRC 1SP094178/O-3

Palalua-GSI Holding Participações S/A.

C.N.P.J. 35.184.838/0001-67 - **Errata**

Nas **Demonstrações Financeiras de 31.12.2019**, publicadas neste Jornal em 14/04/2020, o C.N.P.J. foi publicado com incorreção, onde se lê: CNPJ 31.334.235/0001-43, **leia-se: C.N.P.J. 35.184.838/0001-67.**

Companhia Müller de Bebidas

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em 1º convocação, no dia 30.4.2020, às 14:30 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: *I)* deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2019; *II)* deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2019; e *III)* deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores***. Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 e Companhia continuarem a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores, Por essa razão, a forma de realização (presencial ou virtual) da assembleia ora convocada será definida oportunamente, dependente da evolução da pandemia no Brasil e no Estado de São Paulo ao longo dos próximos semanas — em observância aos atuais normativos e recomendações emitidas pelas autoridades públicas competentes. **Ricardo Gonçalves** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 14.04.2020. (15,16,17)

Living Tupiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 10.336.270/0001-21 - NIRE 35.222.693.567

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 07.04.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attie Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 1.960.000,00, considerando excesso de perda, sem redução do valor nominal das quotas, mantendo o capital social no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Passando o Capital Social **de** R$ 2.000.000,00 **para** R$ 40.000,00. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.04.2020. **Sócio: Living Empreendimentos Imobiliários S.A.** por Sandra Esthy Attie Petzenbaum e Miguel Maia Mickelberg.

Living Provance Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.579.201/0001-98 - NIRE 35.227.264.958

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 07.04.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, 109, 2º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attie Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.935.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com cancelamento de 3.935.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, em moeda corrente do país, o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Desta forma o Capital Social passará de R$ 4.752.275,00 **para** R$ 252.275,00, dividido em 252.275 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. São Paulo, 07.04.2020. Sócios: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações e Cyhra de Investimento Imobiliário Ltda** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attie Petzenbaum

Living Pirassununga Empreendimentos Imobiliários Ltda

NIRE 35.223.827.443 - CNPJ/MF 11.342.419/0001-48

Extrato da Ata Reunião dos Sócios

Data, Hora, Local: 07.04.2020, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attie Petzenbaum. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.935.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com cancelamento de 3.935.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cyhra de Investimento Imobiliário Ltda.**, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas, passando o capital social **de** R$ 10.872.446,00 **para** R$ 6.938.446,00 dividido em 6.938.446 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.04.2020. **Sócios: Living Empreendimentos Imobiliários S.A. e Cyhra de Investimento Imobiliário Ltda.**, ambas por Sandra Esthy Attie Petzenbaum e Miguel Maia Mickelberg.

Living Pêssego Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.579.213/0001-70 - NIRE 35.227.264.959

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 07.04.2020, às 10hs, na sede, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretário: Miguel Maia Mickelberg. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 4.500.000,00, por serem considerados excessivos, mediante o cancelamento de 4.500.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cyhra de Investimento Imobiliário Ltda.**, em moeda corrente do país, o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Desta forma o Capital Social passará de R$ 4.752.275,00 **para** R$ 252.275,00, dividido em 252.275 quotas. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. São Paulo, 07.04.2020. Sócios: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações e Cyhra de Investimento Imobiliário Ltda** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attie Petzenbaum

ISEC Securitizadora S.A. - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da 4ª, 5º e 6º Séries da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A.

A ISEC Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 202, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 por meio deste, convoca os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5º e 6º Séries da 1ª Emissão da Securitizadora ("CRA"), nos termos da Cláusula 11.4. do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5º e 6º Séries da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRA, **à realizar-se no dia 05 de maio de 2020, às 10h00**, de forma remota através do ambiente conferência da comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, observada a Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020 e o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN datado de 26 de março de 2020, mediante acesso ao link a ser disponibilizado pela Securitizadora, conforme instruções abaixo, para que possam surtir dens do dia: (I) Os mandatos a serem adotadas, incluindo mas não se limitando ao vencimento antecipado do CDCA, nos termos da cláusula 3.7.1 do Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), e consequente Evento de Resgate Antecipado do CRA, conforme disposto na cláusula 5.11.7. do Termo de Securitização, em razão do descumprimento pela Citrus Juice Eireli ("Emitente") das parcelas: (1) vencida em 25/03/2020 referente ao CDCA 0001/2018 e 0002/2018; e (2) pagamento do CRA vencido em 25/03/2020; (II) Das medidas e serem adotadas em razão da ausência de recebimento pela Securitizadora dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Cacau Secas ou Frescas de Frutas Cítricas cedidas em garantia para o CRA na conta do patrimônio separado; (III) caso não sejam aprovados os itens (I) e (II), avaliar a solicitação de prorrogação dos pagamentos das parcelas ("PMT's") CDCA/CRA de 25/03/20 a 25/07/20, enviada pela Cedente à Emissora em 24 de março de 2020; e (iv) Autorizar o Agente Fiduciário para, em caráter e nome dos Titulares de CRA, envidar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a assembleia será instalada em conformidade com o presente edital e que os Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presença. Toda a matéria submetida a deliberação dos titulares dos CRA deverá ser aprovada, em primeira convocação por no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA em circulação, e em segunda convocação, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes na Assembleia Geral. Basta que o participante de qualquer dos itens acima seja enviado a cada um dos titulares que se cadastrarem diretamente com o Agente Fiduciário e com a Securitizadora, mediante o envio de documentos de identificação, comprovante de endereço, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - (dos signatários) para os e-mails: assembleias@vortx.com.br e gestao@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRA poderão ser representados na assembleia por procuração, emitida há menos de um ano, por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia do documento de identidade do outorgante e do outorgado, bem como todos os demais documentos necessários para a verificação dos poderes. Para que a verificação de quórum seja feita com certa confiabilidade e de forma célere, solicitamos que os titulares dos CRA que pretendam participar para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ("Agente Fiduciário"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 202, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo – SP, CEP 01452-000 por e-mail, para: assembleias@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br e gestao@isecbrasil.com.br.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

7ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP 7º Ofício Cível. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0057642-58.2019.8.26.0100. O DR. ANTONIO CARLOS DE FIGUEIREDO NEGREIROS, JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL-SP, faz saber a quem o presente virem, que ROLANDO URBANI RIBAS ingressou uma ação de PROCEDIMENTO COMUM, julgada procedente, ora em fase de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, na qual também são executados Consultório Nacional de Implantes Ltda e outros. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito de R$31.458,60 (Agosto/2019), a ser atualizado, sob pena da multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1011550-92.2016.8.26.0008. O Dr. Luis Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Taituapé/SP. Faz Saber a Maria de Lourdes Gueller de Freitas (CPF. 282.261.078-55), que Sul América Companhia de Seguro Saúde lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 18.189,27 (novembro de 2019). Sendo o executado Pessoa Física sem a Modalidade PME - pequena e média empresa, foi deferida a apólice nº 58000, títulos nº's 81597240 e 82598760. Estando o executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento do débito, sob pena de a verba honorária ser reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, sob pena de multa e penhora de bens, tudo nos termos do art. 827 e seguintes do CPC. Prazos acrescidos de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e

SP tem 87 mortes em 24 horas e bate o recorde de óbitos por covid-19

Na terça-feira (14), São Paulo bateu um novo recorde de mortes por coronavírus. Com 87 novas vítimas fatais nas últimas 24 horas, o Estado chega a 695 óbitos. Além disso, na terça foi registrado o pico de internações de confirmados para COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus), com mais de 2 mil pacientes assistidos em hospitais. São 1.111 em leitos de UTI e 1.042 em enfermarias.

Alguns dos hospitais com maior percentual de uso da capacidade de leitos de Terapia Intensiva destinados especificamente para a doença, nesta data, são: Hospital Sancta Maggiore Higienópolis (83%), Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (77%), Hospital Municipal do Tatuapé (77%), Conjunto Hospitalar do Mandaqui (76%) e Santa Casa de São Paulo (71%).

Também são 9.371 casos confirmados do novo coronavírus, 476 a mais na comparação com esta segunda-feira (13). Já são 183 cidades com pelo menos um caso e 73 municípios com no mínimo um óbito. Os interessados podem conferir os dados pelo endereço eletrônico https://www.seade.gov.br/coronavirus/.

Entre as vítimas fatais, estão 409 homens e 286 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 80,7% das mortes.

Brasil tem 1,5 mortes e 25,2 mil casos confirmados de Covid-19

O número de mortes decorrentes do novo coronavírus (covid-19) subiu para 1.532 no país. A nova totalização foi divulgada pelo Ministério da Saúde. O resultado marca um aumento de 15% em relação a segunda-feira (13), quando foram registrados 1.328 óbitos.

São Paulo concentra o maior número de mortes (695), com mais da metade do total contabilizado na atualização. O estado é seguido por Rio de Janeiro (224), Pernambuco (115), Ceará (107) e Amazonas (90).

Também foram registradas mortes no Paraná (36), Maranhão (32), Minas Gerais (27), Santa Catarina (26), Bahia (22), Pará (19), Rio Grande do Norte (18), Rio Grande do Sul (18), Distrito Federal (17), Espírito Santo (17), Paraíba (16), Goiás (15), Piauí (8), Amapá (6), Sergipe (4), Mato Grosso do Sul (4), Alagoas (4), Mato Grosso (4), Acre (3), e Roraima (3) Rondônia (2). Tocantins é o único estado onde ainda não houve morte.

Já o número de casos somou 25.262, o que representa um crescimento de 8% em relação a segunda-feira (13), quando o balanço do Ministério da Saúde registrou 23.430. No comparativo com segunda-feira, quando foram identificados 22.169 pessoas infectadas, o aumento significou 14%.

A taxa de letalidade do país está em 6,1%, maior do que a registrada na segunda-feira, quando o índice foi de 5,7%. (Agencia Brasil)

Crise do coronavírus já custa R$ 3,9 bi a operadoras de turismo

O impacto das medidas adotadas para conter a pandemia do novo coronavírus nas operadoras de turismo brasileiras já soma R$ 3,9 bilhões em adiamentos e cancelamentos de viagens, que já passam de 90% até maio. Os dados foram divulgados na terça-feira (14) pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), que pede a implementação rápida de políticas públicas de apoio ao setor turístico.

As operadoras de turismo são empresas que montam pacotes e programas de viagens que são comercializados pelas agências, e a perda contabilizada em 2020 já equivale a cerca de 25% de todo o faturamento das operadoras em 2019, que foi de R$ 15,1 bilhões.

Segundo o balanço, 90,4% dos embarques programados para março foram adiados ou cancelados. O percentual sobe para 96,2% se considerados os embarques de abril e abrange 94,2% das viagens marcadas para maio.

Os adiamentos e cancelamentos já atingem 63,5% das viagens vendidas para junho, e, em média, 26,9% de todos os embarques programados para o segundo semestre de 2020. O impacto se estende até 2021, ano em que já há 3,8% de viagens adiadas ou canceladas.

Os cancelamentos de viagens afetaram 98% das operadoras ouvidas pela pesquisa, e 36% delas afirmam que o percentual de embarques cancelados passou de 75% do total previsto.

Um terço dos clientes que cancelaram as viagens já recebeu o reembolso à vista, 43% ainda estão no período de carência para reembolso, 11% optaram por carta de crédito e 10% serão pagos de forma parcelada ou negociada.

Sobre os adiamentos de viagens, três quartos das operadoras afirmam que eles superam 50% do total de embarques programados.

Vendas

Assim como as viagens já marcadas, as vendas de novos embarques foram severamente afetadas pela pandemia. Segundo a Braztoa, 45% das empresas do setor não realizaram nenhuma venda em março. Outras 45% atingiram, no máximo, o equivalente a 10% do movimento registrado em março de 2019.

Como 70% das vendas realizadas são para o segundo semestre de 2020, a associação prevê que a efetivação das viagens pode ser comprometida se a pandemia se estender, o que pode trazer mais adiamentos e cancelamentos.

Empregos

A pesquisa da Braztoa aponta que 10% dos trabalhadores das operadoras de turismo foram demitidos entre 29 de fevereiro e 31 de março. As demissões somam 642 pessoas, segundo a associação. O percentual de empresas que planeja demitir em abril chega a 45%, enquanto 55% declararam que não farão cortes.

O percentual de demissões previstas para este mês pode chegar a 75% do total de funcionários para 4% das operadoras de turismo que pretendem demitir, e ficar entre 50% e 75% dos trabalhadores para 15% dessas empresas.

As operadoras também responderam sobre as medidas que foram adotadas para evitar demissões: 78% promoveram reduções de carga horária e salário, 74% deram férias, 22% concederam licenças remuneradas e 20% suspenderam contratos de trabalho temporariamente.

Retomada

Metade das empresas do setor acredita que a retomada das vendas se dará ainda em 2020. Uma parcela de 12% aposta que a recuperação pode ocorrer até o mês de julho, e 36% vê o segundo semestre como momento de retomada.

Para 43% das operadoras, a comercialização de viagens voltará ao normal apenas em 2021. Uma parcela de 9% ainda não consegue prever uma retomada.

O balanço da associação aponta que a retomada prevista para o segundo semestre deve começar por viagens domésticas, que são mais acessíveis financeiramente e transmitem maior segurança aos viajantes.

Entre os maiores problemas para a recuperação das vendas após a pandemia, 75% das operadoras aponta a falta de demanda por problemas financeiros que serão causados por demissões e reduções de salários de trabalhadores de diversos setores. Para 66% das empresas, haverá falta de demanda por insegurança sanitária, e 41% das operadoras se preocupam ainda com a falta de recursos para realizar ações de marketing e promoções.

A pesquisa apontou também que 39% das empresas não têm clareza se ações adotadas pelo governo poderão beneficiá-las. Para 50%, as ações trarão benefício, mas apenas 22% disseram saber como utilizá-lo. (Agencia Brasil)

Covid-19: governo cria grupo para coordenar recuperação econômica

O governo federal instituiu um grupo de trabalho para coordenar ações de recuperação, crescimento e desenvolvimento do país, em resposta aos impactos da crise gerada pela pandemia de coronavírus. A resolução foi publicada na terça-feira (14) no Diário Oficial da União.

Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o grupo terá duração de 90 dias e, ao final desse prazo, deverá apresentar um plano de trabalho contendo proposta de ações estruturantes e estratégicas para recuperação e retomada do crescimento econômico. Poderão ser consultados especialistas e representantes de órgãos e entidades públicos e privados para a elaboração das medidas.

Entre as ações que poderão ser apresentadas estão propostas de atos normativos e medidas legislativas, articulação com governos locais, empresas públicas e privadas, obras públicas e em parceria com setor privado, diretrizes para a destinação de emendas parlamentares e medidas para alocação e distribuição da atuação do Estado, para reduzir as desigualdades regionais causadas pelos impactos econômicos e sociais da covid-19.

O grupo de trabalho também poderá propor medidas que promovam a desburocratização de procedimentos administrativos por meio da informatização, da simplificação de procedimentos relativos aos registros cartoriais, às contratações públicas, à criação e extinção de pessoas jurídicas, a aspectos regulatórios e de licenciamento ambiental, dentre outros.

Além da Casa Civil, o grupo será composto por representantes de mais 15 ministérios: Relações Exteriores; Defesa; Economia; Infraestrutura; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Meio Ambiente; Turismo; Desenvolvimento Regional; Controladoria Geral da União; Secretaria Geral; Secretaria de Governo; Gabinete de Segurança Institucional; e Advocacia-Geral da União. (Agencia Brasil)

Brasileiros retidos no exterior podem solicitar repatriação online

Os brasileiros que estão retidos no exterior e precisam de auxílio para retornar ao país devem preencher um formulário online disponibilizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A partir da terça-feira (14), de acordo com a Anac, o formulário de assistência consular será a única forma de registro para que o governo organize os procedimentos de repatriação. Em meio à pandemia do novo coronavírus, dezenas de países determinaram o fechamento de fronteira com fortes restrições à aviação comercial.

"Nas últimas semanas, observou-se um rápido avanço de restrições em âmbito global, que incluem desde a proibição de entrada de estrangeiros no país, até o fechamento completo do espaço aéreo, proibindo a operação de qualquer voo comercial. A suspensão de mais de 95% da malha aérea internacional indica que o transporte por empresas de linha aérea comercial deixou de ser capaz de atender a demanda de passageiros retidos no exterior, o que tem levado o ministério das Relações Exteriores a organizar voos fretados", disse a Anac, em nota.

O formulário de assistência consular já recebeu 17 mil inscrições entre os dias 22 de março e 13 de abril. Com isso, a Anac coordenou com companhias aéreas a disponibilização de voos extras nos locais com maior estoque de passageiros, além de interagir com as autoridades de outros países e apoiar a adoção de outras práticas pelas empresas, como o endosso e voos coordenados. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), até o momento já foram mais de 12,5 mil pessoas repatriadas, de um total de 16 mil, de acordo com a estimativa feita pelo chanceler Ernesto Araújo.

A Anac orienta os passageiros com passagens compradas a conhecerem os seus direitos e deveres, disponíveis no portal da agência na internet, e, em caso de problema, buscar primeiramente os canais de atendimento da própria companhia aérea. Se não concordar com a solução oferecida e entender que teve algum direito desrespeitado, o passageiro poderá registrar uma reclamação pelo site consumidor.gov.br, plataforma em que os serviços prestados pelas empresas aéreas são monitorados pela Anac em âmbito coletivo, para subsídio da regulação e da fiscalização do setor. (Agencia Brasil)

Governador do Rio anuncia que está com covid-19

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, anunciou que testou positivo para o coronavírus. A informação foi divulgada na rede social do governador na tarde da terça-feira (14). Em um vídeo postado no Twitter, Witzel explica que começou a sentir os sintomas na última sexta-feira e decidiu fazer o teste.

"Quero comunicar a todos que desde sexta-feira não venho me sentindo bem e pedi para que fosse feito o teste para o covid. Hoje veio o resultado positivo. Tive febre, dor de garganta, perda de olfato. Graças a Deus estou me sentindo bem e continuarei trabalhando aqui do Palácio Laranjeiras, mantendo as restrições e as recomendações médicas. Tenho certeza de que vou superar mais esta dificuldade", disse Witzel.

Ao final da gravação, o governador ainda fez um apelo para a população do Rio de Janeiro continuar em isolamento: "Pode contar comigo, todo o povo fluminense. Vou continuar trabalhando. E eu peço, mais uma vez, para que fiquem em casa. Porque a doença não escolhe ninguém e o contágio é rápido". (Agencia Brasil)

Justiça mantém pensão a vítimas de incêndio no Ninho do Urubu

O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) decidiu que o Clube de Regatas do Flamengo deve continuar pagando pensão provisória mensal, de R$ 10 mil, aos familiares das vítimas do incêndio no Ninho do Urubu e aos sobreviventes. O Clube deve efetuar os repasses a três atletas feridos na tragédia e à pessoa responsável pelo núcleo familiar de cada um dos dez adolescentes que morreram. O valor fixado na decisão visa a recomposição financeira das famílias.

A decisão foi proferida na sexta-feira (10), pela juíza Bianca Ferreira Negri, da 1ª Vara Cível da Barra da Tijuca, que optou por manter a liminar anteriormente obtida pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ) e pelo Ministério Público estadual (MPRJ).

A decisão também determina a realização de audiência de conciliação entre as partes conforme requerido pela Defensoria e pelo MPRJ. Como as audiências presenciais estão suspensas no TJRJ em razão da pandemia do novo coronavírus, o procedimento será marcado com a normalização da situação para que estejam presentes todos os interessados no feito.

Em nota, a DPRJ diz que a decisão é "extremamente importante para a manutenção financeira das famílias, ainda que de forma provisória, assim como para que, logo que encerrado o período de isolamento social, se possa retomar a negociação entre o clube e as vítimas".

Procurado, por meio da assessoria de imprensa, o Flamengo disse que este é um assunto interno do Clube e não emitiu um posicionamento específico acerca da decisão.

Relembre

O incêndio no Centro de Treinamento do Ninho do Urubu aconteceu no dia 8 de fevereiro de 2019 e deixou dez atletas de base mortos. Eles tinham idades entre 14 e 16 anos.

O valor de R$ 10 mil mensais foi fixado em decisão liminar, em processo movido pelo MPRJ e pela DPRJ. Até então, o clube vinha repassando R$ 5 mil.

Ainda está em discussão o valor indenizatório final. O MPRJ e a Defensoria defendem que cada pai e cada mãe recebam pelo menos R$ 1 milhão, além de indenização para os demais parentes. (Agencia Brasil)

Governo inicia busca de 960 toneladas de materiais de saúde da China

Duas aeronaves contratadas pelo governo brasileiro já estão no Oriente Médio, de onde partirão para a China, nesta quarta-feira (15), para buscar a primeira remessa de equipamentos de proteção para profissionais de saúde, comprados pelo governo federal, e que serão usados no combate à pandemia do novo coronavírus. De acordo com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, serão realizados cerca de 40 voos, ao longo das próximas seis a oito semanas, com o objetivo de importar 960 toneladas de materiais.

A expectativa é que essa primeira carga, composta por 15 milhões de máscaras cirúrgicas, pesando 53 toneladas, chegue ao Brasil, pelo aeroporto internacional de Guarulhos (SP), até o próximo dia 21. De São Paulo, os equipamentos serão distribuídos, por via aérea e terrestre, para todas as regiões do país.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, o governo federal também recebeu, nesta terça-feira (14), uma doação de equipamentos da empresa Vale do Rio Doce. São 660 mil máscaras modelo N95, 2,7 milhões de máscaras cirúrgicas comuns, 200 mil aventais e um milhão de testes rápidos para a covid-19. (Agencia Brasil)